

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf KAUÊ MENEZES CHAGAS

A Cooperação Militar do Exército Brasileiro com países da América do Sul como instrumento de integração regional e incremento da segurança interna do País.



Rio de Janeiro

2019

Maj Inf **KAUÊ** MENEZES CHAGAS

A Cooperação Militar do Exército Brasileiro com países da América do Sul como instrumento de integração regional e incremento da segurança interna do País.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula em programa de pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares.

Orientador: Cel Inf HALLEY BEZERRA DANTAS

Rio de Janeiro
2019

C433c Chagas, Kauê Menezes.

A Cooperação Militar do Exército Brasileiro com países da América do Sul como instrumento de integração regional e incremento da segurança interna do País / Kauê Menezes Chagas - 2019.

87f. ; 30 cm.

Orientação: Halley Bezerra Dantas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

Bibliografia: f. 80-87

1. COOPERAÇÃO MILITAR. 2. AMÉRICA DO SUL. 3. INTEGRAÇÃO.
4. SEGURANÇA. I. TÍTULO

CDD 355.4

Maj Inf **KAUÊ** MENEZES CHAGAS

A Cooperação Militar do Exército Brasileiro com países da América do Sul como instrumento de integração regional e incremento da segurança interna do País.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial a obtenção do título de especialista em Ciências Militares.

Aprovado em ____ de outubro de 2019.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

HALLEY BEZERRA DANTAS – Cel Inf – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

FÁBIO GLADZIK– TC Inf – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

HÉLIO FERREIRA LIMA– Maj Inf– Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

“Justa, verdadeiramente, é a guerra quando necessária, e piedosas as armas quando apenas nas armas repousa a esperança.” (Nicolau Maquiavel).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por não me ter faltado com Sua proteção.

A meus pais, pelo exemplo de vida e pelo esforço incansável na educação que me tornou o homem que hoje sou, e a meus irmãos pelo companheirismo e confiança em mim depositada.

À minha esposa Thaís pela compreensão, apoio, confiança, companheirismo e dedicação incondicionais nas longas horas em que este trabalho foi priorizado em detrimento de minha presença no lar e na comum tarefa de criar e educar nossos filhos.

Aos meus e filhos Pedro, Kauê e Noah, fontes de inspiração para o meu dia-a-dia.

Ao Exército Brasileiro, pela forja de meu caráter, pelas oportunidades profissionais com que fui contemplado, pelas amizades angariadas e pela possibilidade de ter um profundo orgulho de integrar esse berço de profissionalismo e retidão no seio da Nação Brasileira.

RESUMO

O Vácuo de poder criado com o fim da Guerra fria exigiu do Brasil posição mais ativa no cenário sulamericano. A aparente estabilidade apontada pela “paz” entre os Estados e a comparação de dados estatísticos em relação a conflitos em outros continentes camuflam a grave crise de segurança interna vivida na região e a perigosa ação e interconexão entre organizações criminosas de diversificadas naturezas. Esses atores se apoiam na liberdade de ação proporcionada pela incapacidade estatal de combatê-los e pela grande porosidade das fronteiras no subcontinente. Essa grave situação de violência vivida na América do Sul, envolvendo a ação de crime organizado, terrorismo, narcotráfico, grupos guerrilheiros, entre outros, tem causado reflexos nefastos à segurança interna do Brasil, mostrando a urgente necessidade de integração regional para combater à essas ameaças de forma conjunta e sinérgica. Neste contexto, a Política Externa Brasileira e a Política Nacional de Defesa priorizam a integração regional, conferindo-lhe destaque e prioridade nas ações de cooperação em diversas áreas. A Forças Armadas, em particular o Exército Brasileiro, seguindo tais diretrizes, desenvolvem ações de Cooperação Militar com os demais estados sulamericanos com o intuito de contribuir para a estabilidade regional, para a paz e a segurança no subcontinente, além de incrementar a projeção regional do Brasil. A cooperação no âmbito da América do Sul, com intuito de estabelecer um Complexo Regional de Segurança, se mostra extremamente relevante para o País devido à influência da segurança no nível regional para o cenário doméstico. Desta forma, julga-se relevante analisar os mecanismos de cooperação utilizados pelo Exército Brasileiro, buscando verificar qual colaboração é efetiva para a integração no subcontinente e, principalmente, para mitigar a influência de atores externos na sensação de segurança do País.

Palavras chaves: 1. Cooperação Militar, 2. América do Sul, 3. Integração, 4. Segurança.

ABSTRACT

The vacuum of power created with the end of the Cold war demanded of Brazil more active actions in the South American scenario. The apparent stability that was pointed out by the “peace” between States and the comparison of statistical data related to conflicts with other continents hide a severe internal crisis in the region and the dangerous action and interconnection between criminal organizations of diverse natures. These actors rely on the freedom of action afforded by the state's inability to fight them and on the great porosity of borders on the subcontinent. This serious violence situation experienced in South America, involving actions of organized crime, terrorism, drug trafficking, guerrilla groups, among others, has caused harmful consequences to Brazil's internal security, showing the urgent need for regional integration to combat these threats in a jointly and synergistic manner. In this context Brazilian Foreign Policy and the National Defense Policy prioritize regional integration, giving it prominence and priority in cooperation actions in various areas. Following these guidelines, the Military Forces, in particular Brazilian Army, develop Military Cooperation actions with the other South American states to contribute to regional stability, peace and security in the subcontinent besides increasing the regional projection of Brazil. The cooperation in South America, with the purpose of establishing a Regional Security Complex, is extremely relevant for the country due to the influence of security at the regional level for the domestic scenario. Thus, it is considered relevant to analyze the cooperation mechanisms used by Brazilian Army, seeking to verify which collaboration is effective for integration in the subcontinent and, primarily, to mitigate the influence of external actors on the country's sense of security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão política da América do Sul / Fonte: Wikipédia	21
Figura 2 - Países integrantes da América do Sul / Fonte: Wikipédia.....	21
Figura 3 - Fluxo de drogas no mundo/ fonte: Observatório de Drogas de Colômbia	25
Figura 4 - Diagrama da integração sulamericana em termos adesão às organizações intergovernamentais do subcontinente / fonte: Wikipédia.....	38
Figura 5 - Países integrantes da UNASUL / fonte: UNASUR.....	39
Figura 6 - Principais Organizações e Acordos de Cooperação em Defesa atuais / Fonte: TEIXEIRA, V. M., 2017.....	41
Figura 7 - Cidades com bases militares na América do Sul / Fonte:Teixeira, 2013.	44
Figura 8 - Classificação da intensidade dos conflitos nacionais e internacionais em 2018 / fonte: HIIK, 2019.....	49
Figura 9 - Evolução das taxas de homicídio no Brasil 2006 - 2016/fonte: IPEA,2018	50
Figura 10 - Foco atual do esforço para as atividades Internacionais do EB/fonte: DAEBAI,2016	60
Figura 11 - Representação gráfica das Atividades do Exército Brasileiro com países da América do Sul (2003- 2010) / fonte: LANDIN, 2014.....	63
Figura 12 - Resposta à pergunta Nr 4 / fonte: Pesquisa com Adidos Militares realizadas pelo autor, 2019.....	70
Figura 13 - Resposta à pergunta Nr 5 / fonte: Pesquisa com Adidos Militares realizadas pelo autor, 2019	70
Figura 14 - Resposta à pergunta Nr 10 / fonte: Pesquisa com Adidos Militares realizadas pelo autor, 2019.....	72
Figura 15 - Resposta à pergunta Nr 11 / fonte: Pesquisa com Adidos Militares realizadas pelo autor, 2019	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de homicídio nos países da América do Sul 2003-2012/ fonte: Tobar, 2015.....	28
Tabela 2 - Prioridades gerais para as atividades internacionais do EB / fonte: DAEBAI, 2016.....	61
Tabela 3 - Acordos Bilaterais celebrados na área de defesa com países da América do Sul (2000- 2014) / fonte: LANDIN, 2014.....	62
Tabela 4 - Atividades do Exército Brasileiro com países da América do Sul (2003-2010) / fonte: LANDIN, 2014.....	63
Tabela 5 - Atividades internacionais do Exército Brasileiro com países da América do Sul (2017- 2019*) / fonte: Escola de Comando e Estado Maior do Exército , 2018.....	64
Tabela 6 - Principais considerações presentes na pesquisa com Adidos Militares do Brasil na Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela / fonte: Pesquisa com Adidos Militares realizadas pelo autor, 2019.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS

ADA	Amigos dos Amigos
AMIA	Associação Mutual de Israelitas
ARSOUTH	<i>United States Army South</i>
CAN	Comunidade Andina
CDS	Conselho de Defesa Sulamericano
CEED	Centro de Estudos Estratégicos de Defesa
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CV	Comando Vermelho
DEA	<i>Drug Enforcement Administration</i>
DEABAI	Diretriz para as atividades do Exército Brasileiro na Área internacional
DMT	Doutrina Militar Terrestre
ECEME	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
EB	Exército Brasileiro
END	Estratégia Nacional de Defesa
EPP	Exército Popular Paraguuaio
ESUDE	Escola Sulamericana de Defesa
EUA	Estados Unidos
FA	Forças Armadas
FANB	Força Armada Nacional Bolivariana
FARCS	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FDN	Família do Norte
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MCB	Movimento Comunista Brasileiro
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OCTA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital

PEB	Política Externa Brasileira
PND	Política Nacional de Defesa
OVV	Observatório Venezuelano da Violência
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Droga
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
TCP	Terceiro Comando Puro
TF	Tríplice Fronteira
UCDP	<i>Uppsala Conflict Data Program</i>
UNASUL	União das Nações Sulamericanas
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
USSOCOM	Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	O PROBLEMA.....	15
1.2	OBJETIVOS.....	16
1.3	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	17
2	METODOLOGIA	19
3	O CENÁRIO SULAMERICANO	21
3.1	Aspectos Gerais do Subcontinente.....	21
3.2	As questões relativas à segurança na América do Sul.....	22
3.2.1	O Narcotráfico na América do Sul.....	23
3.2.2	A atuação do Crime Organizado.....	26
3.2.3	A crise na Venezuela.....	30
3.2.4	Terrorismo na América do Sul.....	32
4	A COOPERAÇÃO MILITAR NA AMÉRICA DO SUL	34
4.1	A integração Sulamericana.....	34
4.2	Cooperação em Defesa no subcontinente.....	40
5	IMPACTOS DO CENÁRIO REGIONAL NA SEGURANÇA DO BRASIL	46
5.1	Aspectos da problemática da segurança no Brasil.....	46
5.2	Influência das questões externas na segurança do Brasil.....	53
6	A ATUAÇÃO DO EB NA AMÉRICA DO SUL: CONTRIBUIÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO E SEGURANÇA	58
6.1	Diretriz para a Cooperação Militar do EB.....	58
6.2	A Cooperação do EB na América do Sul.....	61
6.3	Reflexos das missões de cooperação do EB em curso e oportunidades de ampliação de resultados em favor da integração e segurança interna	66
6.4	Percepções de Adidos Militares do Brasil na América do Sul.....	69
7	CONCLUSÃO	75
	REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

“Como consequência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais” (BRASIL, 2012a)

Como reflexo do fim da Guerra fria e da bipolaridade, o Brasil sentiu a necessidade de estabelecer uma estratégia condizente com suas ambições de participação ativa no espaço regional, estando mais alerta às questões de segurança no subcontinente e ao desenvolvimento de uma política multilateral de defesa, tendo em conta a mudança na natureza dos conflitos atuais e as novas ameaças do mundo globalizado. (PAGLIARI, 2004)

O subcontinente sulamericano, no qual o Brasil ocupa posição de destaque, está localizado em uma das “periferias” do mundo, estendendo-se por uma área de quase 18 milhões de km², equivalente a cerca de 12% da superfície terrestre do planeta e a 42% do continente americano. A região se constitui na área de menor incidência de conflitos entre estados do mundo, tendo como grande contribuição a postura conciliatória do Brasil, em mais de 140 anos de convivência pacífica com seus vizinhos. (BRASIL, 2012b)

Mesmo com o histórico de relativa Paz na região, com predomínio de emprego de diplomacia e consenso nos eventuais conflitos interestatais, a América do Sul não deixou de ser palco, em período recente, de atritos entre nações, além de ter sofrido influência de problemas de segurança de ordem global do mundo pós-Guerra Fria, como o terrorismo. (MORAES, 2010)

Por ser o ambiente regional em qual o Brasil está inserido, sua integração e estabilidade constituem-se em objetivo estratégico da Política Externa Brasileira, tendo em conta os impactos negativos que uma possível instabilidade decorrente de evolução de tais atritos pode causar nas questões de segurança nacional. (BRASIL, 2012b)

Diante desse quadro, com a advento do século XXI, é observado um incremento no processo de Cooperação em Defesa na América do Sul, com o objetivo de fomentar a criação de um sistema coeso e interdependente, capaz de suportar pressões, tensões e desequilíbrios. Esta cooperação tem sido realizada tanto de maneira bilateral, como apoiando-se em blocos regionais, apesar de ainda insuficiente

e carente de ampliação, principalmente em relação à confiança recíproca e transparência. (SOUZA, 2017)

A cooperação militar ou cooperação em Defesa pode ser manifestada sob diversas faces na integração entre países ou Blocos. Segundo Moraes, compreende “...as atividades interestatais de auxílio mútuo ou unilateral no campo bélico, podendo ser um instrumento tanto para o aumento do poder militar dos Estados como para sua diplomacia.”, em tempos de paz, busca atingir objetivos tanto técnicos como diplomáticos, sendo comum a realização de atividades militares combinadas entre os Estados. (MORAES, 2010)

Segundo Medeiros (2010), os “Agentes Militares” brasileiros vêm desempenhando papel de destaque na elaboração de políticas de cooperação e integração regional em torno do tema de segurança e defesa. A “diplomacia militar”, como define a autora, tem sido peça fundamental na Política Externa Brasileira pela atuação no sentido de aproximar os demais exércitos do subcontinente para o entendimento e a cooperação na área da Defesa, além de estabelecer e reforçar os pilares de confiança recíproca, possibilitando a desejada cooperação regional. (MEDEIROS, 2010).

Essa cooperação no âmbito da América do Sul, com intuito de estabelecer um Complexo Regional de Segurança, se mostra extremamente relevante para o País devido a influência da segurança no nível regional para o cenário doméstico, sobressaindo-se às interações a nível internacional, como afirma Moraes (2010):

“Os complexos Regionais de Segurança têm como fundamento que a interdependência em segurança entre dois países de uma mesma região é maior quando comparada à existente com países de fora da região. Isto porque a maior parte das ameaças viaja mais facilmente em distâncias curtas que em longas.” (MORAES, 2010).

A regionalização da segurança é consequência direta do vazio de poder criado com o fim da Guerra Fria e a diminuição da predisposição para intervenção em assuntos externos por parte de grandes potências e, conseqüentemente, pelo vácuo de poder surgido no subcontinente. A maior cooperação regional em defesa, portanto, foi o caminho encontrado pelas potências regionais para se defender dos efeitos adversos da globalização e para resolução dos problemas de segurança nas suas áreas. (MORAES, 2010)

Na América do Sul, tais problemas de segurança, estão relacionados às limitações estruturais dos seus Estados integrantes em prover necessidades básicas a população, decorrendo desde fato o surgimento de uma série de delitos transnacionais que impactam de maneira significativa na estabilidade e segurança no cenário interno dos países. (DIAS, 2017)

Com o objetivo de mitigar esses óbices o Brasil tem atuado no sentido de aprofundar o diálogo político-estratégico com os vizinhos, por intermédio de cooperação e intercâmbios em operações combinadas e de processos bilaterais das forças armadas com diversos países do subcontinente. (PAGLIARI, 2010)

Diante disso, observa-se que o Brasil tem tomado uma postura de destaque na busca e promoção da cooperação com os países da região, por intermédio de políticas de concertação no plano militar e diplomático para o estabelecimento de uma segurança regional que implique, diretamente, na sua própria segurança interna.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Por um lado, as ameaças interestatais no subcontinente não possuem grande relevância na atualidade e, nos casos em que são observados conflitos de interesse, é possível minimizar a possibilidade de escalada de tensões por intermédio de diálogo e diplomacia por meio dos mecanismos regionais. Por outro lado, a violência está presente de forma acentuada no subcontinente: taxas de homicídio mantêm-se elevadas (sobretudo no Brasil e na porção norte da América do Sul), e a criminalidade organizada transnacional parece um problema cuja solução não se vislumbra no curto prazo. (NASSER, 2014)

Face a isso, é possível observar que a discussão sobre cooperação em Defesa na América do Sul vem ganhando força desde o fim da década passada, verificando-se, ainda, a existência de ativa Cooperação Militar do Brasil na região, motivada pela inevitável interdependência entre as nações, característica marcante do sistema internacional na atualidade e pela importância para a segurança do Estado Brasileiro. (TEIXEIRA, 2017)

Destaca-se que o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) expressa que o estreitamento da Cooperação Militar com os Estados vizinhos é fundamental para estabelecer um bloco que se apresente íntegro em nível global no trato dos temas de defesa, constituindo elemento fundamental para a preservação da paz na região e

proporcionando incremento na segurança nacional por meio da estabilidade regional. (BRASIL, 2012b)

É neste contexto e no assunto descrito anteriormente que emerge a problemática da pesquisa que ora se delinea. A cooperação militar do Exército Brasileiro com os países da América do Sul tem contribuído para a integração na área de Defesa e incremento da segurança interna?

1.2 OBJETIVOS

Considerando que a declaração do objetivo é a parte mais importante de todo o estudo, devendo ser estabelecida de forma separada de outros aspectos e estruturada num tópico exclusivo, esta pesquisa apresenta a seguir o objetivo geral e seus cinco objetivos específicos. (CRESWELL, 2007)

1.2.1 Objetivo Geral

A cooperação militar do Exército Brasileiro com os países da América do Sul tem contribuído para a integração na área de Defesa e incremento da segurança interna? Ao responder esta pergunta, este trabalho encontra o seguinte objetivo geral, conforme descrito a seguir: verificar a contribuição da cooperação militar do Exército Brasileiro com os países da América do Sul para a integração na área de Defesa e incremento da segurança interna.

1.2.2 Objetivos Específicos

Foram formulados alguns objetivos específicos com a finalidade de possibilitar a consecução do objetivo geral deste trabalho. Tais objetivos permitirão o desenvolvimento lógico descritivo apresentado nesse estudo, sendo elencados a seguir:

- a. Analisar o cenário sulamericano, com foco nas regiões que apresentem óbices para a segurança do Brasil;
- b. Verificar a situação atual dos acordos e missões de cooperação militar bilaterais do Brasil com os países da América do Sul, bem como as diretrizes e processos para suas implementações;
- c. Analisar a problemática de segurança interna do Brasil na atualidade;

- d. Identificar possíveis reflexos de questões externas na segurança interna do Brasil.
- e. Identificar, dentre as missões e acordos de cooperação militar em execução, as que mais apresentam resultados positivos para a integração regional e segurança nacional; e
- f. Analisar possíveis lacunas e oportunidades de ampliação de acordos já existentes e implementação de novas formas de cooperação.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Esta seção objetiva discorrer de forma sucinta acerca dos principais tópicos que justificam a relevância deste trabalho. Desta forma, a importância desta proposta de pesquisa está apoiada nos seguintes aspectos:

A pesquisa se justifica diante da importância dada pela Política Externa Brasileira (PEB) à integração regional na área de Defesa, expressa na Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END), como instrumento de manutenção da estabilidade regional.

A proeminência do Brasil no contexto sulamericano o incumbe de ser o Estado líder nesse processo de interação, atribuindo à suas Forças Armadas, particularmente ao Exército Brasileiro, significativa responsabilidade na promoção de aproximação efetiva e benéfica para ambos os atores estatais envolvidos.

Por meio da diplomacia militar, as Forças Armadas buscam promover intercâmbios e cooperações, estabelecendo relações de confiança mútua, com o objetivo de contribuir com a segurança e a estabilidade regional, por intermédio de troca de expertises e experiências acerca de operações militares, doutrina, informações e material de emprego militar.

Considerando que grande parte dos países sulamericanos apresentam pendências relacionadas às questões de segurança interna, ocasionando instabilidades que pelas características do mundo moderno podem vir a se propagar e transpor as, cada vez mais permeáveis, fronteiras do mundo Globalizado, a cooperação militar tem grande vocação para minimizar e contribuir para resultados sinérgicos para os Estados, colaborando para o controle de índices de violência e criminalidade interna dos países.

Neste contexto, é de grande valia uma análise da relação existente entre a problemática das questões de segurança interna dos países vizinhos com a incidência e dimensão da violência e criminalidade brasileira e, principalmente, verificar se, e de que forma, as missões de cooperação desenvolvidas pelo Exército Brasileiro estão alinhadas com o objetivo de minimizar esses efeitos internamente.

Em suma, a proposta desta pesquisa é relevante para o Exército Brasileiro e para o país com base nos fatores acima elencados, que demonstram a importância do assunto desta pesquisa nos campos da Política Externa, Relações Internacionais, Segurança e Defesa, destacada na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

Com base nos conceitos teóricos apresentados no Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), a metodologia empregada na confecção do trabalho científico foi conforme o descrito a seguir. Seguindo a taxionomia de Vergara (2009), essa pesquisa é qualitativa, explicativa, bibliográfica e documental. Qualitativa, pois privilegiou análises de documentos, relatos e entrevistas para acrescentar experiências e visões de militares como forma de aprofundar o estudo. Explicativa porque o autor buscou tornar o assunto o menos complexo possível. Bibliográfica porque teve sua fundamentação teórico-metodológica na investigação dos assuntos abordados e na criação do conhecimento disponíveis em livros, manuais, artigos e redes eletrônicas de acesso livre ao público em geral. Documental porque se utilizou de documentos de trabalhos, relatórios, ofícios e memorandos não disponíveis para consultas públicas.

2.2 UNIVERSO DA AMOSTRA

O universo foi composto pelos países da América do Sul que são, ou reúnem condições de serem contemplados com ações/missões de cooperação militar do Exército Brasileiro, pela relevância principalmente dos reflexos de sua posição geográfica e aspectos de segurança interna para a segurança do Estado Brasileiro.

2.3 COLETA DE DADOS

Essa pesquisa iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica na literatura (Livros, manuais, revistas especializadas e militares, Normas Internacionais, jornais, artigos, internet, trabalhos acadêmicos) com dados pertinentes ao assunto. Nesta oportunidade, foi feita a seleção de toda a documentação utilizada no trabalho. Em prosseguimento, utilizou-se a pesquisa documental, via digital, nos arquivos do Estado-Maior do Exército e Ministério da Defesa, onde se buscou documentação existente sobre as ações de Cooperação Militar Brasileira nos países da América do Sul e seus impactos na segurança do País. Estes dados foram aprofundados com entrevistas realizadas com Oficiais e sargentos do EB que participaram dessas ações, de maneira a complementar as informações das mesmas e possibilitar uma análise de

seus impactos para o Brasil, além de possibilitar, em melhores condições, a formulação de um cenário que atenda às necessidades relacionadas à segurança do País. Além disso, realizou-se pesquisa em Oficiais do Exército Brasileiro, Adidos Militar, nos países observados, durante o trabalho, com maior probabilidade de influência na Segurança do país. As conclusões decorrentes desta pesquisa permitiram estabelecer como e se a cooperação militar do Brasil nos países da América do Sul tem contribuído positivamente na Segurança Nacional.

2.4 TRATAMENTO DOS DADOS

A abordagem escolhida para o tratamento dos dados, privilegia procedimentos qualitativos de pesquisa. Isto em razão da natureza do problema dessa pesquisa e do perfil do pesquisador. Os dados foram tratados pela análise do conteúdo, que, segundo Vergara (2009), é “uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Isto ocorrerá durante toda a investigação, tanto na pesquisa bibliográfica quanto na documental.

2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O método escolhido possui limitações, pois por se tratar de uma pesquisa bibliográfica limitar-se-á às consultas realizadas pelo autor, que buscou a maior variação possível, buscando imparcialidade na seleção das fontes utilizadas no trabalho, a fim de se evitar que a análise subjetiva tenha sido tendenciosa. Enfim, a metodologia utilizada buscou evidenciar de forma objetiva e clara, os seus tipos, universo e amostra, tratamento de dados e as limitações dos métodos elencados. Com isso, acredita-se que o método escolhido foi acertado e possibilitou alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

3 O CENÁRIO SULAMERICANO

3.1 Aspectos Gerais do Subcontinente

A América do Sul é composta por 12 (doze) países dentro de um espaço contíguo de aproximadamente 18 milhões de quilômetros quadrados, representando 12% da superfície da terra, com quase a totalidade de seu território localizado abaixo da linha do Equador. Sua população supera os 360 milhões de pessoas, representando 6% da população mundial. A imensa maioria fala o idioma português (Brasil) ou espanhol, fato que permite uma interação linguística entre seus integrantes. (SOSA, 2010)

A Região apresenta grande riqueza natural e contempla a maior diversidade física, biológica e climática entre todos os continentes, abrangendo desde desertos áridos e florestas tropicais úmidas à geleiras e montanhas. O subcontinente abriga mais de 25% das terras aráveis do mundo, além de possuir a maior floresta tropical e maior biodiversidade do Planeta. (MEDEIROS, 2010)

O subcontinente possui grandes reservas de água doce, recursos minerais e energéticos, como petróleo e gás, além de desenvolvida criação de gado, agricultura e pesca. (SOSA, 2010)



Figura 1- Divisão política da América do Sul/
Fonte: Wikipédia

País ou dependência	Área km²	População	Capital
Venezuela	916 445 km²	27 934 783	Caracas
Uruguai	176 220 km²	3 399 237	Montevidéu
Suriname	163 270 km²	470 000	Paramaribo
Peru	1 285 220 km²	28 674 757	Lima
Paraguai	406 750 km²	6 100 000	Assunção
Ilhas Malvinas (Reino Unido) *	12 200 km²	3 060	Port Stanley
Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul (Reino Unido) *	4 057 km²	100	Ponto Rei Eduardo
Guiana Francesa (França) **	86 504 km²	209 000	Caiena
Guiana	214 970 km²	751 000	Georgetown
Bonaire (Países Baixos) **	294 km²	15 800	Kralendijk
Equador	256 370 km²	13 810 000	Quito
Curaçao (Países Baixos) *	444 km²	142 180	Willemstad
Colômbia	1 141 748 km²	44 379 598	Bogotá
Chile	756 950 km²	16 598 074	Santiago
Brasil	8 515 767 km²	200 104 749	Brasília
Bolívia	1 098 581 km²	9 627 269	La Paz e Sucre
Aruba (Países Baixos) *	193 km²	102 695	Oranjestad
Argentina	2 791 810 km²	39 745 613	Buenos Aires

Figura 2- Países integrantes da América do Sul
Fonte: Wikipédia

A junção dos números econômicos dos dois maiores blocos de integração da Região, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Andina (CAN), resulta na formação de um grupo de países que movimenta mais de US\$ 3 trilhões por ano, demonstrando a relativa expressão econômica do subcontinente. (SOSA, 2010)

Os favoráveis números econômicos e riquezas naturais contrastam, porém, com graves problemas socioeconômicos de sua população, que apresenta baixos índices de desenvolvimento humano quando comparados aos dos países desenvolvidos do globo. (MEDEIROS, 2010)

No campo político, como consequência de um aumento da exclusão e desaceleração do crescimento no início do século, alguns de seus países foram conduzidos ao agravamento das polarizações internas e quebra da ordem política democrática. A Argentina, Bolívia, Equador passaram por estas dificuldades político-institucionais, enquanto a Venezuela se encontra no auge da instabilidade. O Brasil e Chile sentiram pressões econômicas, porém sem quebra da ordem institucional. (PECEQUILO, 2013)

3.2 As questões relativas à segurança na América do Sul

Em uma primeira análise, é possível analisar que a América do Sul vive um momento de tranquilidade e está livre de conflitos entre Estados e grandes problemas internos relativos à segurança. Essa assertiva torna-se ainda mais coerente se compararmos a realidade do subcontinente com outras regiões do mundo, onde a presença de conflitos violentos de toda ordem é extremamente mais marcante. A declaração do Parlamento do Mercosul, citada abaixo, quando da reativação da Quarta Frota dos Estados Unidos (EUA), em 2008, colabora ainda mais com esta análise inicial (MORAES, 2010):

[...] a América do Sul é uma região de paz e democrática, na qual eventuais divergências são normalmente resolvidas observando-se os princípios da não intervenção e da solução pacífica e negociada dos conflitos;

[...] essa região, ao contrário de algumas outras regiões do planeta, não registra atividades terroristas, graças, em parte, ao seu pluralismo político, religioso e étnico, que permite a convivência harmônica de raças e de grupos de diferentes matizes ideológicos e religiosos. (MERCOSUL, 2008)

Porém, a partir de análise mais profunda sobre a realidade do subcontinente, observa-se que a América do Sul vive uma relação paradoxal na questão relativa à segurança. Se por um lado, existe o predomínio de solução consensual e não beligerante de situações conflitantes entre as Nações neste século, é notória a grave situação de violência social vivida na região, decorrente da incapacidade dos Estados de adotarem políticas públicas para controlar e eliminar as suas vulnerabilidades de segurança internas. (NASSER, 2014)

Mesmo reconhecendo que os conflitos ocorridos em solo sulamericano ao longo da história foram menos sangrentos do que em outras regiões, a América do Sul não é alheia aos problemas de segurança interna ou regional, sendo palco de conflitos entre Estados, como na Guerra entre Peru e Equador (1995), conflitos internos, tendo como exemplo a Colômbia nos últimos 50 anos, e as ações terroristas, como as deflagradas na Argentina em 1992. (MORAES, 2010)

A partir de agora, será realizada uma abordagem das principais questões de instabilidade no subcontinente, com foco naqueles com maior potencial de internacionalização de efeitos diretos ou indiretos, sem, contudo, aprofundar nos reflexos desses quadros para o Brasil, objetivo a ser atingido mais no prosseguimento do presente trabalho.

3.2.1 O Narcotráfico na América do Sul

De acordo com a Lei Federal Nr 13.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, é crime o ato de: “Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”. (BRASIL, 2006)

O escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2018), assim o define:

“o tráfico de drogas é um comércio global ilícito envolvendo o cultivo, fabricação, distribuição e venda de substâncias que estão sujeitas às leis de proibição das drogas.” (tradução nossa)

Os países sulamericanos possuem características e fatores intrínsecos que contribuem de maneira ativa para o desenvolvimento deste tipo de crime na região. Englobando as atividades desde a produção nas zonas de baixa densidade e pouca presença do poder do Estado, até a venda e o consumo nas grandes cidades, o narcotráfico no subcontinente ocupa posição de destaque no cenário internacional, sendo destacado o caráter transnacional desta atividade ilícita. (LANZELLOTTE, 2018)

Economias frágeis, índices insuficientes de desenvolvimento e pouca presença do Estado em determinadas áreas ocasionam uma deterioração das condições sociais em grandes parcelas do subcontinente, apresentando reflexos para a segurança e para paz no mundo. (BRASIL, 2012b)

A constatação de que alguns dos países sulamericanos com maior responsabilidade pela produção da cocaína possuem sua economia extremamente dependente do comércio ilegal do produto, demonstra a ligação dos fatores econômicos e sociais com o desenvolvimento da prática ilícita em questão e, conseqüentemente, o declínio da segurança regional (LANZELLOTTE, 2018).

Os lucros auferidos com o desempenho das atividades ligadas ao narcotráfico são significativos. Tomando por base a movimentação financeira nos EUA, em 2010, os gastos com a compra de drogas ilícitas chegaram a cerca de 109 bilhões de dólares americanos. Neste mesmo ano, na Europa, os gastos superaram os 19 bilhões de Euros. Esse fator, além de fomentar a busca pela ampliação da produção de drogas na região, agrava as questões de criminalidade e violência pela disputa entre as organizações criminosas e cartéis do narcotráfico. (UNODC, 2017).

De acordo com o *World Drug Report*, a cocaína foi usada por cerca de 17 milhões de pessoas em todo o mundo, nos anos de 2017 e 2018. Quase a totalidade da cocaína produzida no mundo provém de Colômbia, Peru e Bolívia que se tornaram as principais fontes da droga destinada a países da Europa e aos EUA. (UNODC, 2008)

Alguns fatores, além dos sociais e econômicos já citados, contribuem para a proeminência desses países no contexto do narcotráfico na América do Sul. O fato de a Coca ser uma planta nativa dos países andinos (países atravessados pela Cordilheira dos Andes) é um deles. Além disso, a folha de Coca foi utilizada pelos povos andinos no passado, devido ao seu potencial nutritivo e analgésico, chegando a ser considerada sagrada pelos Incas. Desta forma, os aspectos culturais,

associados ao clima montanhoso da região, explicam o destaque da atividade ilícita na Colômbia, Peru e Bolívia. (LANZELLOTTE, 2018)

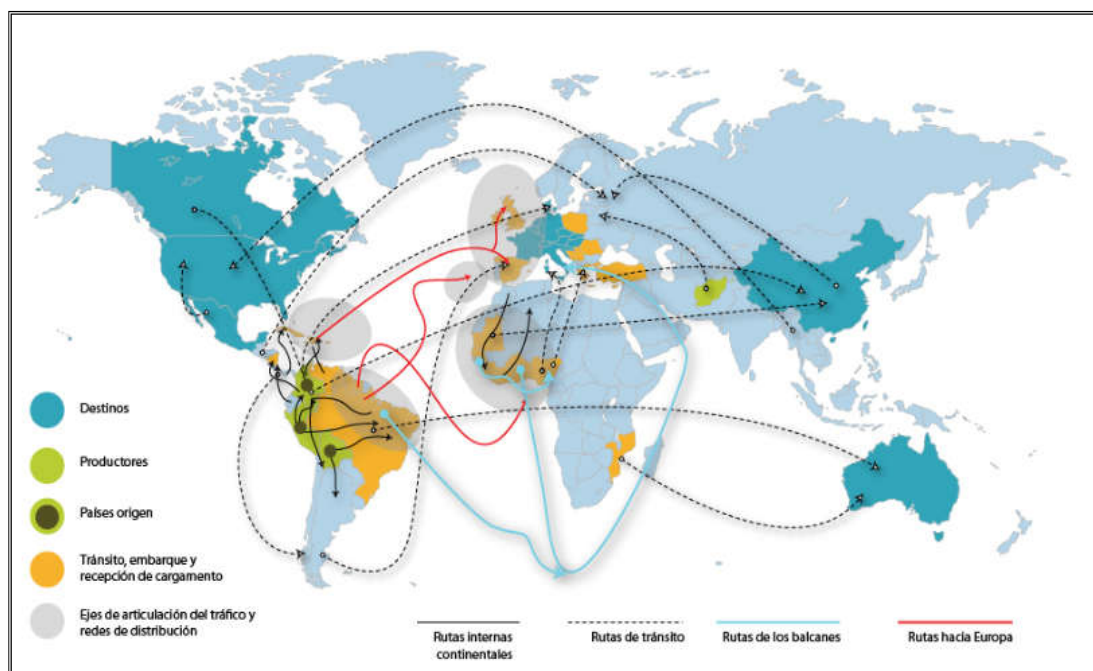


Figura 3 - Fluxo de drogas no mundo/ fonte: Observatório de Drogas de Colombia.

Na última década, cerca de 97% da cocaína destinada aos EUA foi contrabandeada da América do Sul utilizando meios de transporte marítimo não comerciais, sendo a Colômbia, seu principal fornecedor. Para chegar aos EUA e Europa, a cocaína é traficada por terra, ar e mar, através da América do Sul, América Central, México e Caribe, trazendo outras consequências para essas regiões. (LANZELLOTTE, 2018).

Na Colômbia, estão sendo realizadas tentativas para se reduzir a área semeada e o potencial de produção de cocaína. No entanto, algumas áreas do país mostraram sinais de relativa manutenção da área de cultivo, apesar dos esforços para o seu controle. Além disso, é observada a magnitude e as repercussões sociais geradas pelo problema do narcotráfico em pequenas quantidades, com grande relação entre tráfico de drogas e altos índices de crimes urbanos (COLÔMBIA, 2019)

Na Bolívia, considerada o terceiro maior país produtor de cocaína do mundo, o cultivo da coca para fins tradicionais, culturais e medicinais é permitido. No entanto, os números do cultivo extrapolam, em muito, a necessidade estabelecida para esse fim. Existe o aproveitamento, por parte dos grandes cartéis, do cultivo “legal”, mascarando a produção clandestina da droga. (LANZELLOTTE, 2018)

Relatórios do *Drug Enforcement Administration* (DEA) apontam que a maior parte da cocaína boliviana é exportada para outros países da América Latina, sendo também uma importante zona de trânsito da cocaína peruana. Além disso, o cultivo de coca na Bolívia, vem aumentando. (USA, 2017)

Segundo Roder, no Paraguai, motivado por um período conturbado de sua história política, principalmente no longo período da Ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), houve uma “contaminação do poder político pela máfia”. Tal fato facilitou o desenvolvimento de atividades ilícitas no país, como a apropriação privada de recursos públicos, gerando corrupção e contrabando na máquina estatal. Segundo a autora, “o crime organizado transpassou os limites da política para regimentar a sociedade como um todo, intervindo como fator proeminente na atividade econômica”. (RODER, 2004)

Aproveitando-se do cenário supracitado, o narcotráfico no país possui liberdade de ação suficiente para torná-lo o segundo maior produtor de maconha no Hemisfério Ocidental. É também um país de trânsito para a cocaína oriunda dos Andes. Esta droga destina-se aos países vizinhos ou à Europa e outros mercados estrangeiros. (USA, 2017)

A porosidade das fronteiras do país, combinadas à existência de pistas de pouso clandestinas e aos extensos canais internos, contribuem para a ocorrência do tráfico de drogas no Paraguai. A corrupção e falta de recursos nas instituições policiais e judiciais completam os fatores favoráveis a ocorrência de tais ilícitos. (LANZELLOTTE, 2018)

3.2.2 A atuação do Crime Organizado

A atuação do crime organizado é um dos elementos de ameaça à segurança pública dos países, estando presente de forma generalizada na região sulamericana. O desenvolvimento das atividades ilícitas características do crime organizado, como narcotráfico, roubo e contrabando, e tráfico de pessoas, de órgãos e de armas, possuem motivação econômica, associada ao mercado ilegal ou de produtos controlados. (SOUZA, 2017)

O crime organizado conseguiu crescer e se desenvolver mais do que qualquer outra atividade econômica nos países do subcontinente. O “poder desintegrativo” destas atividades reduz, ou até mesmo destrói, o controle dos Estados, corroendo

suas capacidades de manutenção da ordem, afetando o desenvolvimento das economias locais. Tudo isso, se constitui um desafio considerável à governabilidade democrática na região. (NASSER, 2014)

Como é visto nas ações do narcotráfico e do tráfico de armas, as atividades ilícitas desenvolvidas pelas organizações criminosas mantêm uma estreita relação entre elas. Essas atividades criminosas se “retroalimentam” e provocam grande impacto na questão violência urbana, característica das principais cidades sulamericanas. (SOUZA, 2017)

Ao analisar as novas ameaças do século XXI para o subcontinente sulamericano, Nascimento (2011) infere:

“[...] fica evidente que toda uma rede criminosa centrada no tráfico de armas e de drogas se retroalimenta, o que por decorrência remete a outra variável preocupante, que é a violência urbana crescente nas sociedades subdesenvolvidas [...]”

A globalização tem grande contribuição na internacionalização do crime organizado. O aumento significativo do fluxo de capitais no mundo, a dificuldade de alguns Estados controlarem suas fronteiras, o surgimento dos meios de transporte e de comunicação cada vez mais eficientes e a facilidade em se conectar a redes são exemplos de fatores decorrente da globalização que aumentaram a liberdade de manobra do crime organizado, dando alcance regional a esses atores que antes atuavam em locais restritos, ou seja, dando a essa atividade ilícita um caráter transnacional. (LANZELLOTTE, 2018)

Desta forma, as organizações criminosas possuem liberdade para praticar uma variada gama de atividades ilícitas dentre as quais podemos citar: narcotráfico, tráfico de armas, tráfico de pessoas, assaltos, sequestros, homicídios, justicamentos, roubos de cargas, roubos e furtos de automóveis, prostituição, lavagem de dinheiro e falsificação de produtos em geral. Sendo assim, a violência provocada pelo crime organizado atinge direta ou indiretamente a população existente em sua área de atuação. Cabe ressaltar que a grande rentabilidade proporcionada pelo narcotráfico faz com que esta atividade seja o principal negócio praticado pelas organizações criminosas sediadas na América do Sul. (WOLOSZYN, 2013)

As maiores facções e cartéis de narcotráfico que atuam na América do Sul possuem, portanto, características comuns às principais organizações criminosas

transnacionais da atualidade, tais como uso da violência para alcançar seus objetivos, o emprego de armamento pesado em suas ações, a capacidade de intimidação e de corrupção de agentes públicos e a facilidade de movimentação de grandes quantias. A presença desses grupos criminosos nos principais países do subcontinente sulamericano e a ineficiência no combate aos crimes transnacionais por eles praticados põe em risco à integridade das pessoas, das instituições e da sociedade de maneira geral, trazendo consequências bastante negativas para o Estado brasileiro. (LANZELLOTTE, 2018)

Baseados em estudo das tendências Criminais da América do Sul de Tobar (2015), buscando facilitar o estudo, será apresentada os números de homicídio, principal índice que reflete a violência e criminalidade, fazendo uma associação do resultado com a atuação das organizações no continente, levando em consideração a transacionalidade de suas atuações.

Tabela 1 - Taxa de homicídios											
Países da América do Sul, 2003-2012											
Por 100 mil hab.											
País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação % entre o primeiro e o último dado disponível
Argentina	7,6	5,9	5,5	5,3	5,3	5,8	5,5	5,5	-26,8
Bolívia	7,0	6,3	8,1	8,6	8,4	10,4	10,0	12,1	73,1
Brasil	22,3	23,5	23,9	23,0	22,2	23,4	25,2	13,0
Chile	3,2	...	3,5	3,6	3,7	3,5	3,7	3,2	3,7	3,1	-1,8
Colômbia	53,8	44,8	39,6	36,8	34,7	33,0	33,7	32,3	33,6	30,8	-42,8
Equador	14,6	17,7	15,4	17,0	15,9	18,0	17,8	17,6	15,4	12,4	-14,9
Guiana	...	17,3	18,7	20,0	14,9	20,4	15,0	17,8	16,4	17,0	-1,9
Paraguai	22,6	20,9	18,2	15,5	12,8	13,4	12,9	11,5	10,0	9,7	-57,1
Peru	4,9	5,6	11,0	11,2	10,4	11,6	10,3	9,3	9,6	9,6	96,5
Suriname	...	9,3	13,8	12,3	8,8	8,3	4,6	6,2	-33,8
Uruguai	5,9	5,8	5,7	6,1	5,8	6,6	6,7	6,1	5,9	7,9	32,7
Venezuela	44,0	37,0	37,3	45,1	47,6	51,9	48,9	45,0	47,8	53,7	22,0

Tabela 1 - Taxas de homicídio nos países da América do Sul 2003-2012/
fonte: Tobar, 2015

Referente a taxa de homicídios no contexto regional, podemos observar a presença de um grupo de países com altas taxas apresentadas no período de 2003 a 2012, quais sejam: Colômbia, Venezuela e Brasil. Os três países apresentam o dobro

do considerado epidêmico pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 10 homicídios por 100 mil habitantes. (TOBAR, 2015)

Mesmo com índices abaixo do estabelecido como epidêmico pela Organização Mundial da Saúde, percebe-se um grande aumento na taxa de homicídio no período da pesquisa em dois países: Peru, com um aumento de 96,5% no número de homicídios, e Bolívia que apresentou acréscimo de 73,1 % na quantidade de homicídios no período analisado.

Analisando os países especificamente, pode-se destacar o Paraguai que enfrenta grave crise política, com as Organizações Criminosas em suas fronteiras, principalmente com o Brasil. Miranda (2001) divide o crime organizado paraguaio em quatro grupos de acordo com o grau de poder exercido: 1) Grupo pertencente às quadrilhas urbanas e campesinas, responsáveis pelo contrabando de média e pequena classe; 2) Bandas criminais mais organizadas e numerosas, atingindo raio de ação regional, pelos armamentos, meios de comunicações e locomoção que possuem; 3) O terceiro grupo, chamados pelo autor de “Grupos Organizados” possui maior envergadura com projeção transfronteiriça e possuem proteção política de pessoas do alto escalão do governo; e 4) As Organizações-Estado, cujo principal meio de atuação é o governo, compostas por autoridades executivas, legislativas e comandantes Militares, possuem grande capacidade de cooptar líderes políticos e sindicais, atuando sob proteção dos mecanismos oficiais do Estado. (MIRANDA, 2001)

Outro aspecto que agrava ainda mais a questão de segurança no Paraguai é a presença de um grupo criminoso que, reivindicando questões ideológicas, se autodenomina Exército Popular Paraguaio (EPP). Esta Organização, além de ações apresentadas pela mídia contra as Forças Armadas paraguayas, comete variados crimes como sequestros, extorsões e roubos. (BURGOS, 2018)

O EPP, como grupo paramilitar armado, para manter sua logística, recorre a outro crime transnacional bastante marcante no contexto sulamericano: o tráfico de armas. Com objetivos políticos no país, existem informações de sua associação com o narcotráfico, dificultando sobremaneira as técnicas e táticas de enfrentamento por parte do Estado. Logo, fica evidente que toda uma rede criminosa centrada no tráfico de armas e de drogas se retroalimenta, o que, por decorrência, remete a outra variável preocupante que é a violência urbana crescente nas sociedades subdesenvolvidas. (NASCIMENTO, 2010)

Abordando ainda a questão paraguaia, em relação ao tráfico de armas, tomando como exemplo casos que desembocaram em operações com alto grau de sucesso, em uma operação da SENAD em 2006, se apreenderam mais de 1.300 armas de fogo, entre elas pistolas 9 mm, fuzis de assalto, explosivos plásticos, e munições na fronteira do Brasil com o Paraguai. (BURGOS, 2018)

Não existem provas conclusivas de que o EPP tenha vinculação direta com o narcotráfico, mas, além de considerar que operam em zonas de alta produção e tráfico de drogas no Paraguai (Departamentos de Concepción e São Pedro), existem provas apresentadas em *juízo oral e público*¹, de que os integrantes do EPP estão vinculados às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARCS). Este vínculo se dá principalmente em treinamento para os integrantes e assessoramento para suas ações delitivas, ademais de poder levá-los a assumir modelos de financiamento que se assemelhem às das FARC quanto a obter recursos do narcotráfico para financiar suas operações. (BURGOS, 2018)

Assim como o EPP no Paraguai, as FARC representam nos dias de hoje o principal problema interno da Colômbia. Também um exemplo típico de Grupo paramilitar com rígida disciplina e hierarquia, possui caráter ideológico e concentra suas ações na guerrilha rural contra as forças do governo colombiano. Apesar de não possuírem as mesmas capacidades do passado, ainda é responsável por narcotráfico, narcoterrorismo, assaltos, assassinatos, justiçamentos², sequestros e ações de força contra a população civil e tropas oficiais. (WOLOSZYN, 2013)

O poder de algumas facções criminosas na região confronta o pressuposto do alemão Max Weber, quando aborda que o monopólio do uso legítimo da força física cabe somente ao Estado. As FARC e o EPP são exemplos dessas facções em seus respectivos países, se constituindo em organizações que confrontem a capacidade de uso da força exclusiva do Estado, tornando-se, assim, um “poder paralelo”, foco de geração de instabilidade no cenário regional. (LANZELLOTTE, 2018)

3.2.3 Crise na Venezuela

A Venezuela protagoniza o pior cenário político e social da América do Sul na atualidade. O modelo bolivariano estabelecido no país vem sofrendo desgaste desde os últimos anos do governo de Hugo Chávez (2010-2013), porém foi após a sua

¹ Julgamento oral e público em que foram condenados alguns dos integrantes do EPP, pelo sequestro e morte da Cecilia Cubas, filha do Ex-presidente do Paraguai (1998-1999), Carlos Cubas Grau.

² Ato ou efeito de justiça; de punir com morte ou castigo físico severo, por meio de julgamentos ilegais conduzidos por governos de exceção ou grupos justiceiros.” (DICIO, 2019).

morte e a ascensão de seu vice-presidente Nicolás Maduro que a crise se tornou mais grave. (ROSA, 2018)

O País evidencia, cada vez mais, um quadro de Estado Falido³, de acordo com a afirmação do vice-presidente dos Estados Unidos da América publicada no Jornal *El País*:

“El vice-presidente de Estados Unidos, Mike Pence, aseguró este lunes en Cartagena de Indias que Venezuela es un "estado fallido" que supone una amenaza a la seguridad y la prosperidad de todo el hemisferio”.

Un estado fallido (como) lo que hay en Venezuela amenaza la seguridad y la prosperidad de todo el hemisferio”, dijo Pence a periodistas tras reunirse con venezolanos que han abandonado su país debido a la crisis y han llegado a Colombia” (EL PAÍS, 2017).

Politicamente, a Venezuela se apresenta dividida. A falta de habilidade do atual presidente Nicolás Maduro, herdeiro político de Hugo Chávez, é um grande complicador e gerador das incertezas venezuelanas. Essa instabilidade política gera elevado grau de desconfiança em um “ambiente profundamente ideológico”, provocando inquietação por parte da população e protestos de rua acerca de questões políticas de uma democracia considerada por alguns como questionável. (ROSA, 2018)

A falta de alimentos básicos e essenciais afeta diretamente a população venezuelana. As filas em torno dos supermercados são comumente exploradas na mídia internacional, desgastando ainda mais a imagem do país. A escassez e a inflação que acompanha esse fenômeno têm provocada grande insatisfação e inquietação na população, ocorrendo uma crise migratória sem precedentes na região, com a saída em massa de nacionais em busca de melhores condições em outros países do subcontinente. (OLIVEIRA 2017)

As Forças Armadas da Venezuela, Força Armada Nacional Bolivariana (FANB), estiveram altamente politizadas e a serviço dos intentos chavistas desde o governo de Hugo Chávez e, atualmente, se mantém fiel ao regime do presidente Nicolás Maduro. Como motivação para a manutenção desse apoio, foram destinados para o Ministério da Defesa 767,8 bilhões de bolívares do orçamento do Governo venezuelano para 2017, tornando-se o quarto maior orçamento entre as Pastas no país, sendo que no ano anterior ocupava apenas a oitava posição (WERBERICH, 2018)

³ São aqueles que não podem mais realizar a sua segurança básica e funções de desenvolvimento e que não possuem controle efetivo sobre seu território e suas fronteiras. Um estado falido é aquele que não pode mais reproduzir as condições para sua própria existência”. (CRISIS STATES RESEARCH CENTRE Apud ROSA, 2018)

Um ator importante, que pode vir a ser foco de tensão no desenrolar da crise são as milícias armadas, uma herança do chavismo na Venezuela. Se constituem em autênticas forças paramilitares, bastante ativas contra os opositores que protestam contra o governo de Maduro. Com a ascensão de Hugo Chávez à presidência e seu projeto de “Revolução Bolivariana”, as milícias adquiriram relevância nacional e passaram a ser o braço armado do projeto do governo. Possuindo armamento, equipamentos de vigilância, veículos e sistema de comunicações, passaram a patrulhar as cidades onde a polícia não exercia controle, se tornando cada vez mais fortalecidas e tomando rumos mais extremistas. (OLIVEIRA, 2017)

Outra grave consequência do cenário político na Venezuela é o aumento da criminalidade. Tanto o aumento das manifestações violentas, quanto a luta diária para conseguir comida e itens básicos, têm levado a esse aumento da violência. A ONG Observatório Venezuelano da Violência (OVV) estima mais de 26 mil homicídios em 2017, um índice de 89 assassinatos por 100 mil habitantes, o que coloca o país entre os mais violentos do mundo. A queda da qualidade de vida, a deterioração do Estado de Direito e a repressão por parte do Estado são as principais causas desse fenômeno. (ESTADÃO, 2017)

As tensões que vive o Estado venezuelano são de difícil solução e possuem grande potencial de internacionalização. Enquanto a questão política não for solucionada, a crise tende cada vez mais a se agravar, implicando em deterioração da ordem pública e, conseqüentemente, da segurança interna do país. Esse fato, coloca a Venezuela como potencial desestabilizadora da Paz e Segurança regional na América do Sul. (ROSA, 2018)

3.2.4 Terrorismo na América do Sul

A prática do Terrorismo por organizações criminosas, associadas ou não, se constitui a pior das novas ameaças aos Estados Nacionais. O surgimento do crime organizado de amplitude nacional e transnacional, com capacidade de ludibriar os mecanismos internacionais de controle, dificultou sobremaneira as ações de prevenção e combate à criminalidade, minando as bases jurídico-legais dos países, chegando a afetar a soberania como princípio constitutivo dos próprios Estados, sobretudo quando por vezes, constituem grupos armados paramilitares. (NASCIMENTO, 2010)

No subcontinente sulamericano, os fatos vinculados ao terrorismo, até o presente momento, ainda não se sobressaíram como ameaças concretas e preocupantes. Os atentados contra a embaixada do Israel no ano 1992 e o atentado com a Associação Mutual de Israelitas (AMIA) no ano 1994, foram os únicos casos reais isolados ocorridos no cone sul. (BURGOS, 2018)

Por expressar os crimes relacionados ao tráfico internacional de drogas ligados a organizações armadas irregulares, como no caso colombiano e peruano (AMARAL, 2007), não serão tratados nessa seção os aspectos relacionados ao narcoterrorismo.

Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos da América, maior alvo das ações terroristas da atualidade, apontaram a necessidade de maior atenção do governo estadunidense à Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai), identificada, segundo eles, como foco de terrorismo internacional, tráfico de drogas e crime organizado (PECEQUILO, 2013)

Embora distante da realidade da região, foram detectadas células de elementos vinculados a órgãos de militância fundamentalista no Brasil, mais precisamente na região da tríplice fronteira. Levando em consideração o fundamentalismo islâmico e de termos nesta região razoável contingente de imigrantes árabes, não é de todo surpresa essa assertiva de Coutinho (2011):

“Em 2001, o Brasil passou a ser usado como base do financiamento do terrorismo e centro de preparação de ataques. [...] depois dos atentados do 11 de setembro, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos identificou remessa de dinheiro para o Hezbollah oriunda do Brasil [...] a leniência com o extremismo islâmico é característica também da diplomacia brasileira, que não reconhece o Hezbollah, o hammas nem as forças revolucionárias da Colômbia (FARC) como terroristas.”

As afirmações acima, vinculadas a outras evidências, demonstram a ligação de descendentes islâmicos radicados na região da tríplice fronteira, com as facções radicais, comprovando, no mínimo, que existe uma ameaça em potencial, que pode trazer grave instabilidade para a região. (NASCIMENTO, 2011)

A própria definição do termo ‘Tríplice Fronteira’ surgiu após a suspeita da presença de terroristas islâmicos na região nos, já citados, atentados na embaixada de Israel em 1992 e, particularmente, depois dos atentados à *Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas* [AMIA] em 1994. Em 1996, no encontro dos Ministros do Interior

da República Argentina, da República do Paraguai e da Justiça da República Federativa do Brasil firmado na cidade de Buenos Aires, essa denominação foi incorporada oficialmente pelos governos dos respectivos países (RABOSSI,2004).

Após o atentado de 1992, o governo argentino apresentou a tese de que o Hezbollah teria sido o responsável pelos ataques à bomba e que os militantes do grupo teriam usado a TF como refúgio para planejar a execução dos atentados. (AMARAL, 2007)

De acordo com Amaral (2007), “a TF tem sido associada muito claramente à imagem de uma área sem lei em que inexistem controles estatais e o crime organizado prospera explorando o livre fluxo de ilícitos transnacionais de variadas naturezas.”

Outra constatação da fundada suspeita, quando não confirmada, da presença de atividades terrorista na região, é passada por Amaral (2007) quando transcreve publicação de Seymour M. Hersh – prestigiado repórter norte-americano, ganhador do Prêmio Pulitzer e responsável pela divulgação do escândalo de Watergate, informando que após o atentado de 11 de setembro, o General Charles Holland, “Comandante de quatro estrelas das Operações Especiais”, apresentara ao então Secretário de Defesa Donald Rumsfeld uma lista de quatro alvos terroristas para serem atingidos como retaliação imediatas: “[...] fortalezas islâmicas suspeitas na Somália, Mauritânia, Filipinas e *na Tríplice Fronteira*, ponto onde se encontram Brasil Paraguai e Argentina”.

Independente da confirmação da presença terrorista na região, partindo da análise de documentos, é possível verificar que a recorrência dos discursos que associam a Tríplice Fronteira a uma “combinação quase patológica de narcotráfico, fluxos de ilícitos transnacionais, lavagem de dinheiro, ausência ou ineficiência de controles estatais e corrupção governamental” (AMARAL, 2007), o que a faz merecedora de atenção especial por parte de autoridades sulamericanas.

4 A COOPERAÇÃO MILITAR NA AMÉRICA DO SUL

4.1 A Integração Sulamericana

A integração sulamericana corresponde a um objetivo estratégico da Política Externa Brasileira, reconhecendo o país, no adensamento das relações políticas,

sociais e econômicas entre os países sulamericanos, um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a preservação da paz na região. O fortalecimento de relações amistosas entre os integrantes do subcontinente é fundamental para a consolidação de um mercado regional e aumento de suas capacidades (BRASIL, 2012b)

Com o fim da Guerra Fria e o término da disputa bipolar, a ordem mundial sofreu mudanças que afetaram a integração regional. Tendo como traços marcantes a intensificação dos diversos processos de integração transnacional e a globalização, no subcontinente, apesar de um período de unilateralismo norte-americano, o cenário que se apresentava na década de 1990 representou um abrandamento da rigidez do sistema internacional, permitindo a emergência das dinâmicas regionais de integração e segurança. (FAGUNDES, 2012)

Estabelecendo como princípios a promoção da segurança internacional, o multilateralismo e a integração sulamericana, assim como a projeção do País no campo internacional, com ampliação de sua inserção em processos decisórios, a Política Nacional de Defesa aponta uma necessidade de permanente esforço de articulação diplomático-militar, destacando a América do Sul como área de interesse prioritário. (BRASIL, 2016a)

A prioridade dada à América do Sul pela Política Externa Brasileira só veio a ser claramente percebida a partir dos anos 2000, após a Reunião dos Presidentes das 12 nações que compõem o subcontinente, uma vez que, em oportunidades anteriores onde a PEB necessitava invocar a questão identitária dos povos da região era recorrido ao termo “América Latina”. A ineficiência demonstrada dos diálogos com um universo tão grande e heterogêneo, a conformação de território facilmente delimitado por acidente geográfico coeso e a proximidade entre os países justificaram essa mudança, além de firmar a intensão brasileira de ter esse espaço mais restrito como foco de ação privilegiado no continente americano. (TEIXERA, 2013)

Este processo é bem definido por Galvão (2009):

“Com isso, a América do Sul acopla-se aos debates sobre regionalização e globalização. Por um lado, a contiguidade geográfica é elemento determinante para impulsionar a cooperação internacional na área de infraestrutura de integração e em contraposição ao ideológico latino-americano emerge a noção de um espaço sulamericano integrado.”

Durante a Primeira Cúpula Sulamericana, no ano de 2000, foi destacado pelo Ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia o conceito geográfico da América do Sul, como uma “ilha cercada por oceanos”. A política externa da época demonstrava a importância que a partir de então seria dada pelo Estado Brasileiro ao continente sulamericano, afirmando a integração regional como “destino e não uma opção para o Brasil”. (BRAGATI, 2016)

Desde então é possível observar o incremento dos mecanismos de integração já existentes, além da concepção de novos projetos com o intuito de aproximar cada vez mais a região.

Exemplo disso, foi a importância e impulso dado pelo governo brasileiro ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) no período do Governo Fernando Henrique Cardoso. Tendo iniciado com acordo assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em 1991, com o nome de Tratado de Assunção, tinha como objetivo consolidar a integração política, econômica e social entre os países que o integram, além de fortalecer os vínculos entre os cidadãos do bloco e contribuir para melhorar sua qualidade de vida. (SANTOS, 2013)

Os princípios do MERCOSUL são estabelecidos no Tratado de Assunção: a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco; o estabelecimento de uma tarifa externa comum; a adoção de uma política comercial conjunta em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados; a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes; e o compromisso dos Estados Parte em harmonizar a legislação nas áreas pertinentes, a fim de fortalecer o processo de integração (LOPES, 2011)

Enquanto os países da costa Atlântica debruçaram-se sobre a integração pelo MERCOSUL, os países andinos buscavam uma aproximação por intermédio da Comunidade Andina das Nações (CAN). Com o nome de Pacto Andino, este bloco econômico sulamericano teve origem em 1969, por meio do Acordo de Cartagena, com o propósito de melhorar, juntos, o nível de vida de seus habitantes mediante a integração e a cooperação econômica e social. Atualmente, a Bolívia, Colômbia, Equador e Peru são os Estados membros do bloco, que tem como países associados o Brasil, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai. (SANTOS, 2013)

Nesta situação, segundo Dias (2016), o Brasil funciona como elemento de ligação entre os dois subcomplexos. Como explica Fagundes (2012):

“[...] fazer parte do subcomplexo do Cone Sul, o país partilha com países andinos a Bacia Amazônica, portanto, os padrões e imperativos de segurança desta região têm impactos diretos sobre a segurança nacional brasileira [...]” destacando-se desdobramentos do conflito colombiano. Além disso, o Brasil como importante ator regional é peça chave nos cálculos de segurança da região andina [...]

Dessa ligação geográfica do estado brasileiro com demais países andinos pelo compartilhamento da região amazônica e, também, refletindo a preocupação do país em diminuir os receios e desconfianças dos vizinhos acerca das pretensões geopolíticas brasileiras sobre a região à época, em 1976, o Brasil propôs o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). (FAGUNDES, 2012)

Regionalizar o tratamento da questão amazônica, afastando a interferência das grandes potências; atentar para possíveis movimentos subversivos e influência de Cuba na região; buscar uma aproximação diplomática e integração física com possíveis fornecedores de energia foram objetivos específicos do tratado na sua assinatura, que, também, em seu projeto abrangia a cooperação em matéria de segurança e defesa, entretanto, porém, esse tema foi excluído do tratado pela falta de consenso a confiança mútua à época (FAGUNDES, 2012)

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OCTA) foi criada em 2002 com o propósito de fortalecer e reorientar o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), dando-lhe mais sustentação jurídica no concerto internacional. A cooperação para defesa e propostas para sua institucionalização começaram a entrar na pauta da política externa brasileira nesse período, aspecto refletido no âmbito do tratado, como no exemplo do desenvolvimento do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia). Hoje são países membros: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela (SANTOS, 2013)

Outras iniciativas apoiadas por setores comerciais e industriais, como a integração física com o IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana) – atualmente, Cosiplan – demonstram a construção e consolidação da região da América do Sul como espaço diferenciado. A conformação do conceito de região sulamericana e o impulso dado pela Política Externa Brasileira a essas iniciativas

podem ser analisados como um longo processo histórico-político que hoje se materializa na União das Nações Sulamericanas (UNASUL). (BRAGATI, 2016)



Figura 4 - Diagrama da integração sulamericana em termos de adesão às organizações intergovernamentais do subcontinente / fonte: Wikipédia.

A UNASUL foi criada em 2008, como dispositivo que visava articular as relações de aproximação e integração dos países da América do Sul, aproveitando-se da cooperação em diversas áreas. A aproximação do MERCOSUL com a CAN era um dos seus objetivos e, assim, possibilitar a cooperação nas áreas de infraestruturas, investimentos e energia, bem como, segurança e defesa, políticas sociais, educação e saúde. Ainda, o Tratado prioriza algumas áreas, considerando-as eixos estruturantes da integração sulamericana. Esses Eixos coincidem com os Conselhos setoriais, que são: Conselho Energético Sulamericano; Conselho de Saúde; Desenvolvimento Social; Problema Mundial das Drogas; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; Infraestrutura e Planejamento; e o Conselho de Defesa Sulamericano. (SANTOS, 2013)

Atualmente, a comunidade é formada por doze países sulamericanos: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela. Panamá e México participam como membros observadores e poderão, futuramente, integrar a comunidade. (SCHNEIDER, 2012)



Figura 5 - Países integrantes da UNASUL / fonte: UNASUL.

Além de propiciar a integração entre os países da América do Sul, com foco principal nas áreas econômica, social e política, a UNASUL objetiva a promoção de políticas e projetos comuns com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico e intercâmbio de informações em matéria de defesa. (SCHNEIDER, 2012)

Analisando a integração da América do Sul, observa-se os benefícios dos dispositivos coletivos para todos os países. Processos iniciados com objetivos dispares e, em muitos casos, conflitantes, caminham para grande integração e aproximação para progresso comum da região. Assim, de acordo com as palavras de Costa (2003):

“a integração de Estados Nacionais, no caso da América do Sul, não é um jogo de soma zero, onde uns têm de perder para outros ganharem. A sinergia decorrente do processo de integração poderá acrescentar a todos os Estados nacionais participantes parcelas expressivas de poder...”

Recentemente, foi assinada proposta para a criação do Prosul, fórum que visa à construção de relações baseadas no livre comércio. A Declaração de Santiago foi assinada por chefes de Estado e representantes de 8 países sulamericanos e visa substituir a UNASUL. Pelo pouco tempo da proposta e ainda encontrar-se no início das tratativas de implementação, não existem impactos significativos dessa iniciativa para a finalidade desta pesquisa.

Observa-se que a integração sulamericana atingiu um nível de amadurecimento relativo, proporcionando boa integração entre os países, com perspectivas de incremento das relações comerciais e intercâmbios em todas as áreas, estabelecendo um ambiente aberto e propício às iniciativas de cooperação no setor de defesa e segurança que pode influir de maneira positiva na estabilidade e desenvolvimento da região.

4.2 Cooperação em Defesa no subcontinente

De acordo com Moraes (2010), cooperação em defesa, também chamada de cooperação Militar, é definida pelas “atividades interestatais de auxílio mútuo ou unilateral no campo bélico, podendo ser um instrumento tanto para o aumento do poder militar dos Estados como para sua diplomacia”. Em tempo de paz, os Estados podem cooperar militarmente, técnica ou diplomaticamente. São exemplos de formas de cooperação em defesa: exercícios militares combinados; cooperação de ensino militar; cooperação em tecnologia militar; cooperação da base de indústria de defesa e cooperação de inteligência.

Em suas palavras, Moraes (2010) complementa:

“[...] a cooperação militar pode ter o objetivo de somar forças de dois ou mais Estados ou pode servir como um instrumento de diplomacia: a diplomacia militar, podendo, neste caso, reduzir tensões entre os que os cooperam, manter um ambiente de paz, aumentar a confiança mútua ou mesmo demonstrar para outros países que determinada região é segura para investimentos.”

A complementaridade e indissociação da Política Externa e da Política Nacional de Defesa representam o atingimento de objetivos regionais de grande interesse para o Brasil: a manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo. (BRASIL, 2012b)

Verifica-se a seguir, no mapa (TEIXEIRA, 2010), a América do Sul no contexto dos acordos de Cooperação de defesa no Mundo:

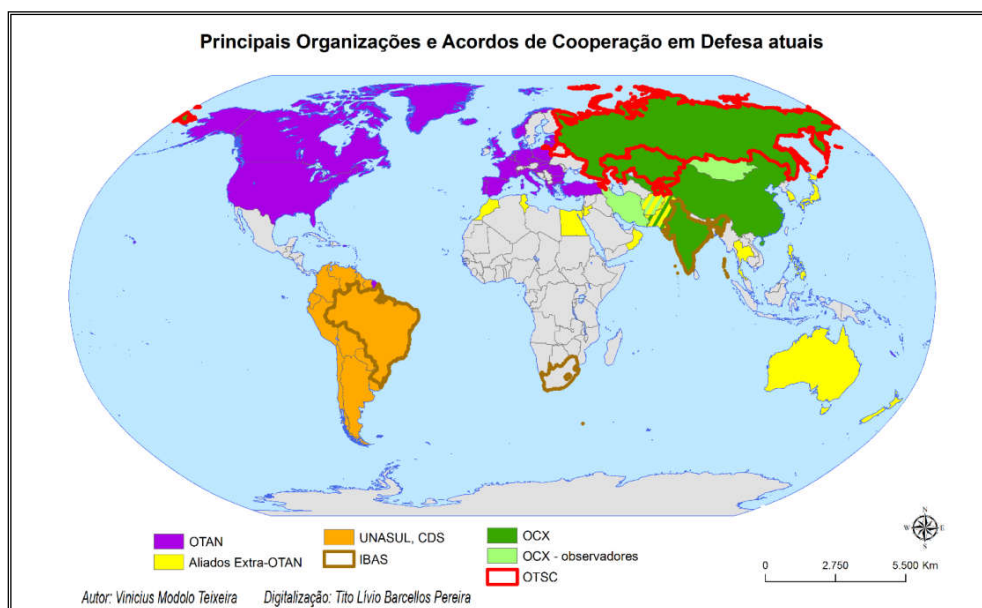


Figura 6 – Principais Organizações e Acordos de Cooperação em Defesa atuais / Fonte: TEIXEIRA, V. M., 2017.

A PDN ressalta a importância das relações interdependentes do país, em especial com nossos vizinhos, a fim de fortalecer a integração regional. Também, definiu os limites de nosso Entorno Estratégico, com prioridade para a América do Sul, e a visão de segurança coletiva e cooperativa. (BRASIL, 2016a)

Na limitação do Ambiente regional, aborda que:

“[...]O subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere[...]

[...]A América do Sul, distante dos principais focos mundiais de tensão e livre de armas nucleares, é considerada uma região relativamente pacífica. Além disso, processos de consolidação democrática e de integração regional tendem a aumentar a confiabilidade regional e a solução negociada dos conflitos.” (BRASIL, 2005)

Seguindo as diretrizes da Política Externa em consonância com as vocações e interesses do Poder Nacional de Defesa, o país vem utilizando-se de instrumentos de cooperação regional para promover a Cooperação em Defesa ou Cooperação militar. O LBDN, visualizando a UNASUL como importante instrumento para essa integração, atribui destaque especial a esse dispositivo, reforçando a utilização dele como “um instrumento para a solução pacífica de controvérsias regionais, para a proteção da democracia na América do Sul e para o fortalecimento do diálogo entre os Estados-membros”. (BRASIL, 2012b)

O Documento, ainda, atribui e destaca o valor estratégico do Conselho de Defesa Sulamericano (CDS), assinado em 2008 por decisões dos chefes de Estado de todos os Países Membros, reproduzindo seus objetivos gerais:

“-a consolidação da América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral dos povos, e contribuição à paz mundial;

- a construção de uma identidade sulamericana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais (vertentes platina, andina, amazônica, atlântica, caribenha e do Pacífico) e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe; e

- a geração de consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa.” (BRASIL, 2012b)

Além do CDS, a região utiliza-se de outros fóruns existentes em nível regional e sub-regional para a o estabelecimento de Cooperação na área de defesa, como o os encontros de Chefes de Estados-Maiores e de Comandantes de Forças Armadas; a Junta Interamericana de Defesa; a Comissão de Segurança Hemisférica; a Conferência de Ministros de Defesa das Américas; a Conferência dos Exércitos Americanos; a Conferência Naval Interamericana; e o Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas. (BRASIL, 2012b)

Dentro da estrutura atual do CDS da UNASUL, foram criadas estruturas embrionárias para compor o conselho, como o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) e a Escola Sulamericana de Defesa (ESUDE). As iniciativas devem proporcionar a formação e fomento de pesquisadores e profissionais que tenham como foco as pesquisas e estratégias de defesa, além de ampliar a discussão sobre o tema, criando uma melhor perspectiva para cooperação no Futuro. (TEIXERA, 2017)

O OTCA, apesar de ter afastado a pauta de defesa do seu arcabouço, se constitui de outro dispositivo de integração com grande potencial na área de cooperação militar. As discussões acerca da cooperação em segurança e defesa na Pan-Amazônia é retomada devido ao crescente conflito colombiano, havendo grande preocupação dos países na busca pela solução conjunta para tais problemas regionais com grandes impactos domésticos da crise política e institucional na Colômbia advinda da guerra contra o narcotráfico e grupos guerrilheiros. Nesse contexto, a segurança e defesa entra em pauta uma vez mais. (FAGUNDES, 2012)

“O tema “Defesa” entrou definitivamente em pauta na OTCA em 2004, na VIII Reunião de Ministros de Relações Exteriores do TCA [...] Além disso, as Partes decidiram promover reuniões ministeriais temáticas sobre questões de interesse dos Estados membros, dentre as quais, estaria a

Defesa e Segurança Integral da Amazônia” (TCA, 2004 apud FAGUNDES, 2012)

Na Declaração de Manaus, documento produzido na citada reunião, ficou claro o interesse em dialogar sobre o tema nos seguintes termos:

“8. DECIDEM, nesse sentido, intensificar o diálogo político sobre questões de interesse dos Estados Membros, inclusive sobre a segurança e a defesa integral da região amazônica;

9. RESSALTAM, nesse contexto, o potencial de cooperação entre os Estados Membros com base em sistemas de sensoriamento remoto, como o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e destacam, com satisfação, as ações bilaterais em curso entre o Brasil e os demais países amazônicos, para estabelecer as condições de acesso às informações geradas por aqueles sistemas;” (OTCA, 2004).

Apesar da proposta apresentada pelo Peru de criação de uma Comissão Especial de Segurança e Defesa Integral da Amazônia, durante a reunião de Ministros de Defesa dos países membros em 2006, atualmente percebe-se um esvaziamento da OCTA, em especial do tema de cooperação em defesa. Contribui para esse fato a ativação do IIRSA no campo econômico e a ativação da UNASUL no campo diplomático, gerando anulação desse dispositivo e impulsionando os países pertencentes à região amazônica a desenvolverem políticas de segurança e defesa unilaterais (DIAS, 2016)

Sobre a capacidade da cooperação militar, mais especificamente sobre o emprego militar, Moraes (2010), em seu estudo sobre cooperação em defesa na América do Sul, abordando os resultados de uma operação combinada no contexto de cooperação bilateral na região, levanta os aspectos positivos colhidos ao final do exercício, afirmando que “o compartilhamento de doutrinas e a menção do aprimoramento da operacionalidade das forças refletem a **importância dos aspectos técnicos do exercício**”. Ainda, observa que além dos ganhos obtidos em termos da **capacidade operacional** dos dois exércitos, a ação pode ser considerada um **instrumento diplomático**, capaz de auxiliar na manutenção da paz entre os países. (MORAES, 2010)

Da análise acima, observando a disposição das unidades militares na região no mapa apresentado por Teixeira (2013), é possível visualizar outras possibilidades de ações combinadas na América do Sul.

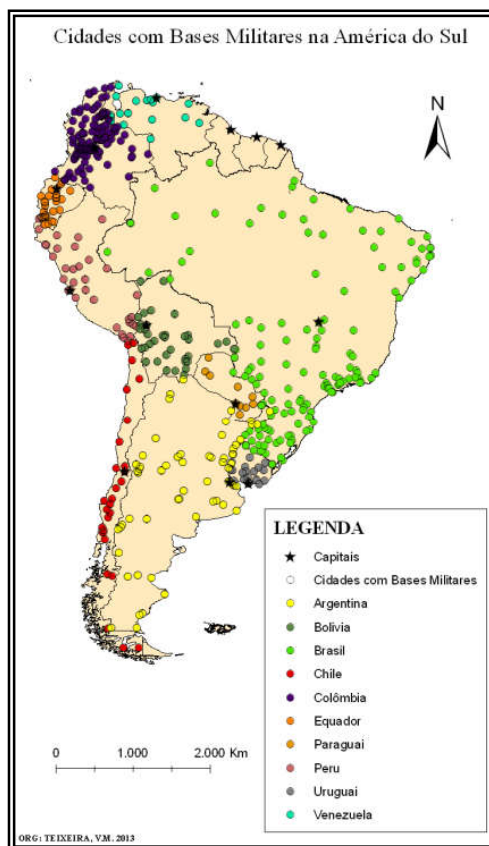


Figura 7– Cidades com bases militares na América do Sul. (TEIXEIRA, 2013).

É importante destacar, que no contexto da cooperação em defesa bilateral ou multilateral, o **incremento da interoperabilidade**⁴ é objetivo primordial, e conceito essencial à cooperação militar. “A habilidade de forças militares em treinar, realizar exercícios e operar conjuntamente de forma efetiva na execução de missões e tarefas a elas atribuídas” (NATO, 2018) é requisito básico na execução de uma operação militar no contexto real e, portanto, deve ser **buscado incessantemente em exercícios militares combinados**. (MORAES, 2010)

A interoperabilidade é requisito para as Operações combinadas, porém é adquirida por intermédio dessas próprias ações. Os EUA dão exemplo da importância e de como se busca tais aspectos com a finalidade de integrar e dar resposta conjuntas às ameaças regionais. O Comando de interoperabilidade do Exército Sul dos Estados Unidos (ARSOUTH), hoje contando com um oficial brasileiro como subcomandante, tem finalidade de promover intercâmbio operacional e técnico entre o Exército Americano e os países sulamericanos. (Saavedra, 2019)

⁴ Capacidade de forças militares nacionais ou aliadas operarem, efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução. (BRASIL, 2015).

A Operação Estrela do Norte realizada entre as Forças Especiais do Exército Chileno e Exército Americano, a cada dois anos, é um exemplo clássico da busca pela padronização de procedimentos, intercâmbio de conhecimentos, fomento de relações bilaterais e fortalecimento de laços de amizade em uma relação bilateral. A última versão do Exercício (janeiro de 2019) que montou força multinacional no contexto de combate ao terrorismo, nas palavras de seus integrantes, pôde “detectar as diferenças entre táticas e técnicas de uma e outra unidade e homologar esses aspectos”, além de possibilitar o manejo de “informações sobre os grupos terroristas e suas atividades para desenvolver estratégias e combater a ameaça em diferentes áreas”. (Saavedra, 2019).

Observa-se assim, que a ação combinada descrita acima logrou abarcar outra forma de cooperação que merece destaque pelos benefícios que podem trazer aos Estado: a cooperação militar na área de inteligência.

Voltando a tratar das relações no subcontinente sulamericano, as características da mentalidade militar abordadas por Teixeira (2013), como “primado nacional e cultura do sigilo”, somados a vocação para estabelecimento de relações de confiança e interação já abordadas nesta pesquisa, vocacionam esse a cooperação militar para o compartilhamento eficiente de informações de determinada área de interesse de duas ou mais nações na região, como por exemplo informações sobre crime organizado, tráfico ou terrorismo.

Em síntese, é possível afirmar que o subcontinente sulamericano dispõe de mecanismos de cooperação em defesa capazes de manter o equilíbrio e estabilidade até então vigente na região, apesar da existência questões entre estados por resolver e óbices internos de segurança que carecem da atenção regional. Além disso, a cooperação em defesa na América do Sul apresenta diversas possibilidades ainda não exploradas, podendo, inclusive, utilizar-se dos mecanismos de integração existentes, para contribuir mais significativamente com a paz e harmonia no subcontinente, com foco na Interoperabilidade, troca de informações e diplomacia militar e incremento da capacidade Operacional de suas Forças Armadas.

5 IMPACTOS DO CENÁRIO REGIONAL NA SEGURANÇA DO BRASIL

Nesta seção, será buscada a relação e as implicações dos cenários de segurança dos vizinhos sulamericanos na problemática da segurança do Brasil.

Antecipando à análise do atual cenário de segurança brasileira, de maneira a dirimir qualquer tipo de dúvida, será delimitado o entendimento do termo “segurança” que será trabalhado a partir deste momento do trabalho.

De acordo com a PND e END, o documento de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa nacional:

“... ampliou-se o conceito de segurança, abrangendo os campos político, militar, econômico, psicossocial, científico-tecnológico, ambiental e outros. Preservar a segurança requer medidas de largo espectro, envolvendo, além da defesa externa: a defesa civil, a segurança pública e as políticas econômica, social, educacional, científico-tecnológica, ambiental, de saúde, industrial. Enfim, várias ações, muitas das quais não implicam qualquer envolvimento das Forças Armadas. Cabe considerar que a segurança pode ser enfocada a partir do indivíduo, da sociedade e do Estado, do que resultam definições com diferentes perspectivas. A segurança, em linhas gerais, é a **condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos se sentem livres de riscos, pressões ou ameaças, inclusive de necessidades extremas**. Por sua vez, defesa é a ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado.” (BRASIL, 2016a)

Portanto, o entendimento que prevalecerá nessa pesquisa é de que Segurança é “... a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais.” (PND, 2016a)

Será realizada a seguir, sucinta análise sobre o cenário de segurança do país e sua relação com as questões regionais já analisadas.

5.1 Aspectos da problemática da Segurança no Brasil

No campo internacional, instituições renomadas no exame da violência e dos conflitos realizam concretas avaliações acerca das ameaças à paz, segurança e possíveis conflitos relacionados ao Brasil.

Três dessas instituições foram elencadas para a determinação de um cenário de estudo das condições de segurança do país e potenciais conflitos, sendo elas: O *PRS Group*, instituição privada que publica periódicos de análises e dados levantados

de países de interesses; O *Department of Peace and Conflict Research*, da Universidade de Uppsala (Suécia), referência acadêmica mundial nos Estudos de Paz e Conflitos, que realiza sua pesquisa publicando sua base de dados UCDP (*Uppsala Conflict Data Program*); e o *Conflict Barometer*, da Universidade de Heidelberg, que trabalha com o surgimento e prevenção de ameaças, publicando anualmente relatório sobre ameaças à paz e conflitos.

O PRS Group, que em suas pesquisas preocupa-se essencialmente com assuntos político, econômicos e financeiros, aponta em seus relatórios que não será alcançado avanço no combate ao crime no Brasil e, conseqüentemente, promoção da paz sem que sejam trabalhados os problemas de segurança gerados pela atuação de **movimentos sociais**. (FERREIRA, 2016)

Em relação às ameaças externas à paz, a mesma instituição, coerente com a análise feita inicialmente nessa pesquisa, não sugere relevante possibilidade de conflitos interestatais, nem previsões de casos de violência direta contra o Brasil. Seus reportes analisados apresentaram a **disputa com a Bolívia**, envolvendo questões referentes ao preço do gás doméstico comprados pelo Brasil, como a mais significativa das crises externas relacionadas ao país recentemente. (FERREIRA 2016)

O *Uppsala Conflict Data Program* (UCDP), de acordo com a análise dos dados dos conflitos do país, considera que a **criminalidade** é generalizada no Brasil. A Instituição classifica o país como um *non-state conflict* e *one-sided violence*, considerando os **grupos criminosos organizados** (atores não estatais) e a violência unilateral por instituições estatais como as maiores ameaças à paz doméstica no Brasil. (UCDP, 2019)

Segundo o UCPD:

“A criminalidade é generalizada no Brasil, e grupos criminosos organizados têm lutado uns contra os outros em **conflitos não-estatais**, muitas vezes com a intenção de assumir ou controlar o **tráfico de drogas** em certas áreas.

Desde 1946, o Brasil tem experimentado as categorias não estatais e unilaterais da violência organizada pela UCDP.” (UCPD, 2019)

A análise dos dados apresentados pela instituição mostra conflitos envolvendo **grupos criminosos na disputa pelo controle do narcotráfico**, dentre eles: confronto entre os grupos “Amigos dos Amigos” (ADA) e o Comando Vermelho (CV)

pelo tráfico na Rocinha, ambos atuantes no Rio de Janeiro e Niterói; Disputa entre o Comando Vermelho e o Terceiro Comando Puro (TCP), nas favelas do Rio de Janeiro; Conflito na região sudoeste de São Paulo entre as quadrilhas locais do “Barriga” e “Sujeirinha”, pela disputa do **tráfico na região paulistana**; conflito pelo **comércio de drogas e controle de favelas do Rio de Janeiro** entre o Comando Vermelho e o Terceiro Comando; confronto entre a Família do Norte (FDN) e o Primeiro Comando da Capital, em Manaus; e a disputa entre o PCC e Sindicato RN, no estado do Rio Grande do Norte. (UCPD, 2019)

Essas disputas e relações de alianças entre as Organizações Criminosas, segundo UPCD (2019), tem grande influência na falta de sensação de segurança em todo país, pelos reflexos e danos causados à sociedade como um todo, pois, no caso do Conflito entre o PCC e o Comando Vermelho, “ ..embora os grupos tenham se originado no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente, seu poder chegou a todo o país...”. Em relação ao conflito entre o Comando Vermelho e os Guardiões do Estado (G.D.E.), na cidade de Fortaleza, afirma:

“... A luta entre o Comando Vermelho e o GDE começou em 2017 como um GDE aliado ao PCC. Os **combates** ocorreram no estado do Ceará no nordeste do Brasil, principalmente nos bairros periféricos da capital Fortaleza e municípios vizinhos.”

“...seu porto é estrategicamente importante para o controle do tráfico de drogas na região. A **batalha entre as facções** para controlar o tráfico de drogas do estado levou a uma série de **assassinatos, tiroteios e assassinatos por vingança.**” (UPCD, 2019)

Em seus relatórios, ainda, aborda os crimes cometidos pela polícia no contexto do combate ao crime organizado, com predominância de ações relacionadas ao

tráfico de Drogas e armas:

“...O governo brasileiro não combateu um único conflito armado desde 1946, mas enfrenta **altas taxas de violência de gangues e crimes organizados**, muitas vezes relacionados ao **tráfico de drogas e armas**. É nesse contexto que as forças do governo brasileiro, especificamente a polícia estadual, cometeram atos de violência unilateral.” (UCPD, 2019)

De acordo com a análise da base de dados *Conflict Barometer*, da Universidade de Heidelberg, o País é caracterizado como possuidor de um conflito

classificado como “guerra limitada”. Isto se deve porque, segundo os parâmetros da instituição, “...um conflito político é classificado como uma **guerra limitada** quando pelo menos um ator usa força contra pessoas e talvez coisas de maneira peculiar. Os meios e consequências aplicados são severos.” (IIK, 2019)

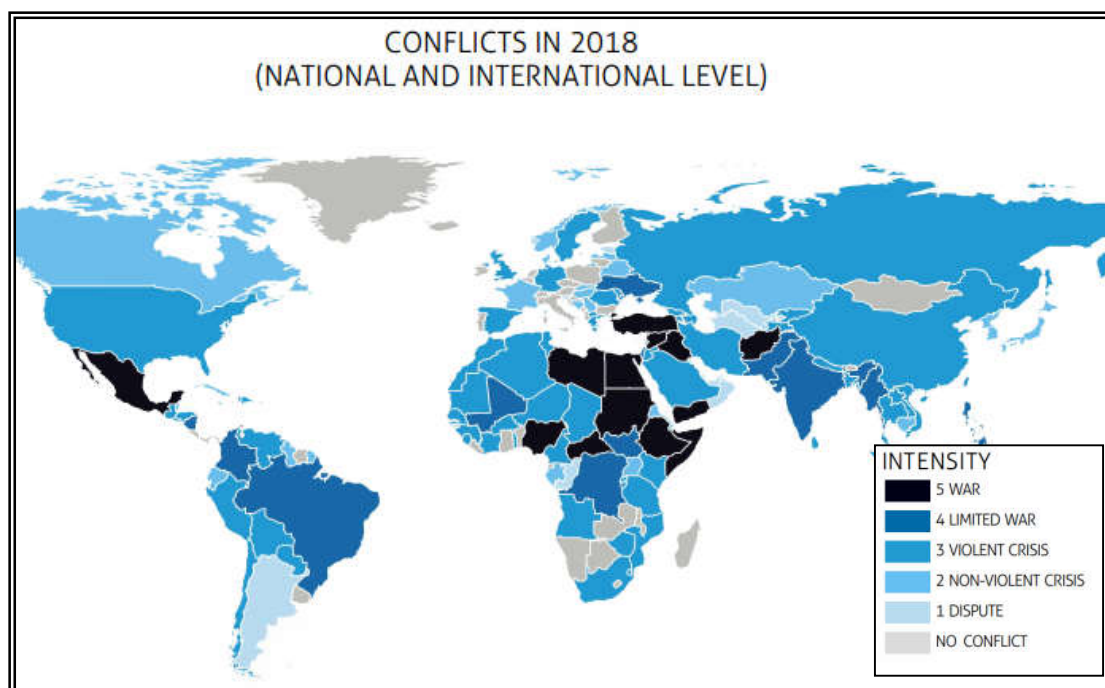


Figura 8 - Classificação da intensidade⁵ dos conflitos nacionais e internacionais em 2018 / fonte: HIIK, 2019.

A atuação das principais **organizações de narcotráfico** Comando Vermelho (CV), primeiro comando da capital (PCC), amigos dos amigos (ADA), e família do Norte (FDN), bem como **milícias**, é a principal razão da análise supracitada, sendo que sua área de atuação, nos últimos anos, aumentou a influência, **operando em todo o País**. Merece destaque, ainda, as **consequências dos conflitos** entre essas principais organizações de narcotráfico e o Estado para a população e a atuação das milícias como a **maior ameaça à segurança** no Rio de Janeiro. (IIK, 2019)

Relacionado de maneira direta ou indireta com as disputas entre as organizações criminosas, **o tráfico de armas** tem causado um efeito devastador no país.

Pesquisas apontam que 75% dos homicídios no Brasil são cometidos por armas de fogo. Estima-se que existem **17 milhões de armas de fogo no país**, sendo que 4 milhões se encontram nas mãos de criminosos e bandidos. Esse número faz com que

⁵ “A metodologia HIIK distingue cinco níveis de intensidade: disputa, crise não violenta, crise violenta, guerra limitada e guerra. A categoria de conflitos violentos inclui a crise violenta, a guerra limitada e o nível de guerra, além dos conflitos não-violentos (disputa e crise não violenta), que são referidos como conflitos de baixa intensidade. Consequentemente, as crises violentas são conflitos de média intensidade, enquanto guerras e guerras limitadas são conflitos de alta intensidade.” (HIIK, 2019)

o Brasil ocupe a **2ª posição do número de mortes por armas de fogo no mundo**, interferindo de maneira protagonista no desequilíbrio e na sensação de segurança nacional. (WOLOSZYN, 2013)

De acordo com os dados do IPEA (2018), esse cenário está longe de mudar, devido a sequência de acréscimos nas taxas de homicídios do país, como mostra a figura 9, a seguir:

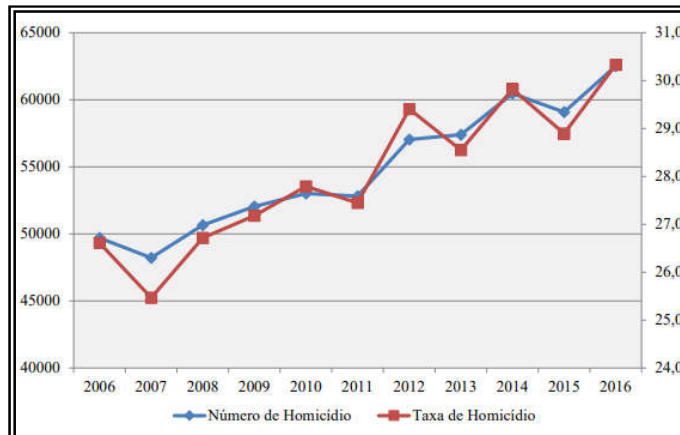


Figura 9 - Evolução das taxas de homicídio no Brasil 2006 - 2016/fonte: IPEA, 2018.

Apesar de ser considerado pouco provável, a **ameaça terrorista** também se faz presente como outra preocupação na segurança do Estado Brasileiro.

No bojo do ressurgimento do Movimento Comunista Brasileiro (MCB), que por intermédio de suas organizações, buscou a tomada do poder pela luta armada, o Brasil observou um período conturbado durante o regime dos Governos Militares. Atentados com artefatos explosivos, assassinatos seletivos, assaltos a organizações militares, bancos e casas comerciais e sequestros de autoridades e de aviões, delinearam, à época, um nítido quadro de terrorismo e **de violência com efeitos desestabilizantes para a segurança nacional** (EL-AMME, 2010).

Atualmente, acredita-se que, em função das condições de presumível **inadequação das medidas antiterroristas, da vulnerabilidade e permeabilidade das extensas fronteiras nacionais e da existência de alvos em número significativo**, essa ameaça ainda exista.

Lawrence (2010) analisou que "...é viável considerar que existem alvos tradicionais de terrorismo, como: representações diplomáticas, estabelecimentos religiosos, culturais e educacionais de comunidades-alvo; ou possíveis alvos em trânsito: como autoridades estrangeiras em visita ou com presença temporária".

Essa análise veio a se confirmar com o desencadeamento dos Grandes Eventos no país (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016) e, conseqüentemente, a atuação de autoridades policiais brasileiras, amparadas pela Lei Antiterror⁶ aprovada em 2016, na identificação e prisão de célula suspeita de apoio ao Grupo Estado Islâmico, em julho desse mesmo ano, na chamada Operação 'Hashtag'. À época, o Ministro da Justiça Alexandre de Moraes, buscou reafirmar a segurança para o evento e o pouco risco que o grupo apresentava, reafirmando, porém, a atenção dispensada pelo Estado Brasileiro ao tema:

“... a probabilidade é mínima de que haja algum ato terrorista no Brasil durante as Olimpíadas. Agora, a possibilidade, como venho dizendo, não é só no Brasil, é no mundo todo. E dentro da possibilidade, nós vamos agir da maneira mais dura possível. Qualquer ato preparatório, por mais insignificante, será pedida a prisão, realizada a prisão, para evitar qualquer problema futuro”. (ESTATAO, 2016)

Como já discorrido quando da análise do cenário sulamericano, a ameaça terrorista se apresenta como **preocupação para segurança nacional**, também, pelas suspeitas de células de elementos vinculados a órgãos de militância fundamentalista na região oeste do Brasil, mais precisamente na região da tríplice fronteira. Coutinho (2011) aponta que o país passou a ser usado como **base do financiamento do terrorismo e centro de preparação de ataques**.

O estudo prospectivo do Cenário de Defesa para o período de 2030 a 2039 se refere ao impacto do terrorismo para a defesa do país nos seguintes termos:

“Apesar de não existirem no Brasil as condições que normalmente atraem ou estimulam o terrorismo, essa atividade é de natureza instável, o que **exigirá** que as Forças Armadas se mantenham aptas a atuar de forma coordenada com organismos nacionais e internacionais, na prevenção (inteligência) e no combate ao mesmo.” (BRASIL, 2017)

A violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no país são consideradas importantes ameaças à segurança nacional na atualidade. Instaurada em 2013, como resposta direta à pesquisa realizada sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes, no ano anterior, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sugeriu alteração na legislação penal brasileira e outras

⁶ A Lei 13.260 de 16 de março de 2016 “...regulamentou o inciso XLIII do art.5º da CF 88, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista” (SILVA FILHO, 2018).

recomendações ao Governo federal face a gravidade dos resultados obtidos. (WOLOSZYN, 2013)

Segundo dados do Infopen/Ministério da justiça, brasileiros correspondem a **15% de todas vítimas de tráfico de pessoas por ano**, ou seja, 75.000 pessoas. Essa rede se utiliza de 241 rotas de tráfico de seres humanos em território nacional, sendo 131 rotas internacionais e 110 rotas domésticas. Normalmente, essas rotas saem do interior dos estados em direção aos grandes centros ou para regiões de fronteira internacional.

Em relatório realizado pela Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (Pestraf) sobre as principais rotas de tráfico humano verifica-se **interconexões entre esse delito e o crime organizado e tráfico de drogas**, apontando, ainda, a predominância de vítimas mulheres com destino principal para países europeus, em especial a Espanha, porém um considerável número de rotas para países da América do Sul e para a Ásia. (WOLOSZYN, 2013)

Dessa forma, da rápida análise da situação de segurança no Brasil realizada nesta sessão, é possível inferir que os crimes e delitos responsáveis pela sensação de insegurança vivida pelo país, apesar de aqui examinados separadamente, estão em sintonia e interconectados.

O crime organizado, por meio de suas ações, além de trazer o país para posição de destaque como uma das nações mais violentas do mundo, impactando na qualidade de vida da população e, também, afetando o desenvolvimento econômico e social do país, constituindo-se num grande óbice a ser superado pela sociedade brasileira.

O General Villas Boas (2018), Comandante do Exército Brasileiro à época, em entrevista dada à Globo News, afirmou de maneira categórica que “O crime organizado é, no momento, a maior ameaça à soberania nacional”, sintetizando a importância que esse tema deve ser revestido nas agendas dos diversos setores do país e a prioridade do emprego do Poder Nacional em suas diversas expressões.

O Professor da Universidade Federal Fluminense, Doutor Márcio Rocha, em palestra ministrada na Escola Superior de Guerra, abordou dados de Estudo da ONU

Apontando o levado custo social das atividades ilícitas no país. De acordo com o Estudo, o gasto do Estado decorrente de atividades ilícitas consome próximo de

10% do Produto Interno Bruto de uma nação, no Brasil, esse valor atingiria a quantia de aproximados 250 bilhões de dólares desperdiçados em consequência das atividades do crime organizado. (ROCHA, 2015)

Essa ameaça se potencializou com a diversificação e internacionalização das principais atividades das organizações criminosas brasileiras, assumindo um caráter transnacional que subverte a ordem territorial do Estado, dificultando e, por vezes, neutralizando a capacidade de controle governamental desse fenômeno. A conexão global do crime organizado tem influenciado nas relações internacionais, não apenas motivado pelo tráfico internacional de drogas, mas também outros tipos de crime movimentando a economia global e lucrativa dessas organizações na região. (SANTA BÁRBARA, 2005)

Nesse contexto, alguns países sulamericanos desempenham papel decisiva na interconexão das atividades ilícitas, contribuindo para o fortalecimento das organizações criminosas brasileiras e, com isso, o recrudescimento da violência no país e, por conseguinte, da ameaça a segurança nacional.

5.2 Influência das questões externas na segurança do Brasil.

Além da interconexão entre os vetores de violência interna, outro aspecto que é possível observar quando se analisa a questão da segurança e ameaça à estabilidade no País é a grande influência das questões externas nesse quadro apresentado na sessão anterior.

Como já analisado nesse trabalho, observa-se, assim, as características da regionalização da segurança mundial, destacando as relações entre os Estados de uma mesma região nesse quadro e relação entre a segurança doméstica e a segurança internacional.

Landim (2014) justifica essa influência pelo o contexto geográfico no qual os Estados estão imersos para a análise dos seus temas de segurança e defesa, contribuindo para isso, a projeção adquirida pelo entorno territorial com aumento dos fluxos entre territórios advindos da globalização. Desta forma, continua o autor, “as fronteiras continuam sendo cruciais para a questão de segurança”.

Conforme analisado no Capítulo 2, no contexto do Cenário Sulamericano, o Narcotráfico resultante da produção em grande quantidade de drogas ilícitas na **Colômbia, Peru e Bolívia**, somado à falta de controle nas fronteiras e liberdade de

ação das organizações criminosas nesses países, principalmente no **Paraguai**, apresenta-se como grande causador dos conflitos e instabilidades na Região.

A luta pelo controle do tráfico de drogas e das rotas comerciais que ligam o Brasil à Bolívia, **Colômbia** e **Paraguai** provocou combates internos que se concentraram nas prisões, provocando uma crise no sistema prisional de todo o país, com efeitos que justificaram a utilização, por parte do governo, do Exército Brasileiro para garantir estabilidade nacional. Os confrontos estenderam-se, também, às cidades, degradando ainda mais a crise na segurança pública e a violência urbana interna.

A forte conexão com **Colômbia** e o **Peru** e a disputa pela captura a rota do rio Solimões, uma importante rota de contrabando no Alto Amazonas, provocou uma disputa intensa entre FDN , aliada ao Comando Vermelho, e o PCC, provocando combates nos estados do Amazonas e Roraima, no norte do Brasil, principalmente nas prisões dos estados, e uma série de assassinatos, tiroteios e assassinatos por vingança.

Quando analisado o Cenário Regional, sob o prisma da atuação, poder e liberdade de ação das Organizações Criminosas, destacou-se a grande e crescentes taxas de Homicídios causados por essas organizações na **Colômbia**, **Venezuela** e **Brasil**, tendo esses países apresentado taxas consideradas epidêmicas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). **Peru** e **Bolívia**, ainda que apresentadas menores taxas, foi observado aumento de 96,5% e 73,1 % na quantidade de homicídios no período analisado, respectivamente.

A atuação das OrCrim no **Paraguai**, abrangendo as quadrilhas urbanas e campesinas, numerosas Bandas criminais, os “Grupos Organizados” que possuem destacada projeção transfronteiriça e proteção política e a presença do grupo criminoso autodenominado Exército Popular Paraguaio (EPP), torna esse Estado em um dos principais responsáveis pela ameaça a segurança interna do Brasil.

O banco de dados do *Conflict Barometer* aponta a ampliação da ação das OrCrim brasileira para todo o país, com intensificação dos confrontos elas especialmente nas regiões fronteiriças com a **Colômbia**, **Bolívia** e **Paraguai**. Ainda, observa a influência desses países na estrutura do Crime Organizado do Brasil, apontando a prisão de vários líderes e membros das Organizações de Tráfico de Drogas, como o líder do PCC, Roviho alekis Barboza, em 30 de abril durante uma operação em Ciudad del Este, capital do Alto Paraná, **Paraguai**. (HIIK, 2018)

Quando analisa as relações entre as principais organizações criminosas do Brasil, os relatórios do *Conflict Barometer* apontam assim a destaca influência desses países para a estrutura e ação das mesmas:

“...As facções lutam pelo controle do tráfico de drogas no país e controlam as rotas comerciais que ligam países vizinhos como **Bolívia, Colômbia e Paraguai...**”

“...A proximidade do Brasil aos países produtores de cocaína, **Bolívia, Colômbia e Peru**, criou as condições perfeitas para a distribuição e transição de drogas. A partir da década de 1980, as gangues do Rio de Janeiro começaram a capitalizar essa oportunidade, surgindo assim rivalidade entre elas.” (HIIK, 2018)

As informações acerca da vinculação da violência e das atividades ilícitas no Brasil com os países sulamericanos apresentadas pelas citadas Instituições são corroboradas e ficam claras no estudo apresentado por Da Silva (2017) sobre a internacionalização do crime organizado no Brasil quando aborda estudo do Ministério Público do Estado de São Paulo que concluiu que “PCC já estava instalado em 22 estados brasileiros, Distrito Federal, Bolívia e Paraguai” e que “possui bases na **Argentina, Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela**” com “ligações com o Exército do Povo Paraguaio (EPP), grupo armado considerado terrorista pelo governo paraguaio e com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)”. (DA SILVA, 2017)

Aprofundando ainda mais as relações e interconexões das Organizações Criminosas brasileiras na América do Sul, Da Silva (2017) infere:

“...as ligações do PCC e CV crescem com traficantes colombianos e mexicanos e que a renda obtida nas transações internacionais ajudaria na compra de armas e no mantimento do controle de favelas do Rio e São Paulo...”

“...Há muitos (do PCC) atuando no território paraguaio, cumprindo obrigações à facção, como sequestros e homicídios. Outros são encarregados de buscar cocaína na Bolívia...”

“...ligações do PCC e CV crescem com traficantes colombianos e mexicanos e que a renda obtida nas transações internacionais ajudaria na compra de armas e no mantimento do controle de favelas do Rio e São Paulo...”

Em dezembro de 2018, o Jornal The New York Times publicou uma matéria intitulada “O tráfico violento de drogas no Brasil ultrapassa o Paraguai: 'cenas que

você vê em filmes' “que representa bem as nefastas consequências para os dois países da ação criminosa na fronteira:

“...Esses crimes têm uma coisa em comum: o **caos transborda do Brasil**. Depois de alimentar um nível recorde de violência no Brasil, a guerra às drogas está se espalhando para além da fronteira, atacando as instituições já fracas do Paraguai.”

“...fornecedores de armas nos Estados Unidos enviaram quase 35 **milhões de armas e munições** para o Paraguai em 2017 [...] muitas dessas armas foram secretamente canalizadas para partes das maiores cidades do Brasil - Rio de Janeiro e São Paulo - que estavam sob o controle de gangues de traficantes com dezenas de milhares de soldados a pé...”

“...gangues poderosas do Brasil estão explorando as leis de armas leves do Paraguai, corrupção policial e sistema de justiça fraco para estabelecer uma base mais permanente. Essas **organizações criminosas não tratam mais o Paraguai como um país estrangeiro**, mas parte do seu domínio criminal...” (TIMES, 2018)

Na **Colômbia**, as FARCS cumprem esse papel desestabilizador e, como é evidente a rede criminosa centrada no tráfico de armas e de drogas, está ligada a com outras organizações sulamericanas, reforçando o relevante papel desse país no preocupante quadro de violência urbana crescente nas sociedades da América do Sul.

Acosta (2018) aponta que “... a assinatura do acordo de paz entre as FARC e a **Colômbia** não colocou fim as guerrilhas e ao tráfico de drogas.” O Autor infere que esse evento apenas fragmentou o grupo guerrilheiro, o que pode favorecer a migração de guerrilheiros para outras Organizações Criminosas, inclusive para as brasileiras.

Continua sua análise, desenhando um cenário prospectivo de incremento de força do PCC, com aumento de “capacidades para prática de roubos, comércio de armas e drogas”, como consequência de possível “entrada de dissidentes pode gerar um incremento de força da facção paulista” e ligação das áreas de produção, na Colômbia, às áreas de comércio e consumo no Brasil, como já vem ocorrendo com o PCC dentro do Paraguai, onde o foco é a maconha e comércio de armas. (ACOSTA, 2018)

Além dos visíveis e já apontados reflexos da produção e tráfico de drogas nesse país, existe um histórico de confronto direto entre elementos das FARCS e o Exército Brasileiro na região de Fronteira. Datados de 1991 (Operação Traíra) e 2002

(Vila Bittencourt), esses confrontos originaram mortos de ambos os lados e reflete a ameaça e a influência das ações desse grupo armado no país vizinho para a segurança nacional. (LIMA, 2017)

A crise política protagonizada pela **Venezuela**, se constituindo no pior cenário político e social da América do Sul na atualidade, a insere no grupo de nações sulamericanas com maior probabilidade de influenciar na segurança interna nacional. Falta de alimentos básicos e essenciais ocasionando insatisfação e inquietação na população, somada a presença de milícias armadas, aumento da criminalidade e da violência, agravaram o cenário de crise e provocaram uma crise migratória com consequências diretas para o Brasil.

A ameaça terrorista inclui a **Argentina** na lista dos países com capacidade de influenciar na segurança interna do Estado brasileiro. Por fazer parte, juntamente com o **Paraguai**, da região conhecida como Tríplice Fronteira, identificada em muitos discursos como uma “combinação quase patológica de narcotráfico, fluxos de ilícitos transnacionais, lavagem de dinheiro, ausência ou ineficiência de controles estatais e corrupção governamental”, se faz merecedora de atenção especial por parte de autoridades sulamericanas.

De acordo com análise da relação existente entre a problemática das questões de segurança interna dos países vizinhos com a incidência e dimensão da violência e criminalidade brasileira, é possível depreender que **Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela** possuem, reconhecidamente, maior protagonismo nesses incômodos efeitos da interconexão das Organizações Criminosas na região.

Deste modo, chega-se a uma delimitação geográfica do campo de atuação de ações e missões de cooperação por parte Exército Brasileiro, para, além de cumprir diretriz de fomentar a Diplomacia Militar na América do Sul e promover a integração regional, contribuir de maneira significativa para minimizar esses efeitos nefastos da globalização criminosa na região e, conseqüentemente, promover o incremento da Segurança Nacional.

6 A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL: CONTRIBUIÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO E SEGURANÇA

Já analisado o contexto da integração sulamericana como prioridade para o Estado Brasileiro e o alinhamento do PND e END com tais objetivos também na área de Defesa, o presente capítulo objetiva analisar as principais missões de cooperação do Exército Brasileiro com países da América do Sul, com intuito de verificar a contribuição destas para a integração regional e para o estabelecimento de um cenário da segurança no contexto interno e externo apresentado até o momento.

Nesse sentido, verificar-se-á as diretrizes, a atuação nos últimos anos e as possibilidades não aproveitadas desses dispositivos de cooperação.

Como já abordado em sessões anteriores, a cooperação militar, em tempo de paz pode ser desencadeada principalmente por meio de exercícios militares combinados, cooperação na área de ensino, cooperação em tecnologia militar e cooperação de inteligência.

Esta análise utilizará como marco temporal o século XXI até os dias de hoje, focado, principalmente, nos países com maior capacidade de influir na segurança interna brasileira.

6.1 Diretriz para a Cooperação Militar do EB

No que se refere a Política Externa e relações internacionais, os militares brasileiros tiveram papel de destaque na região, sendo essa ligação mais marcante entre os anos de 1964 e 1984, sem, porém, descartar os antecedentes históricos da presença dos militares na política internacional (LANDIN, 2016)

A solução das questões fronteiriças no início do século XX motivaram a mudança do foco das atividades do Exército Brasileiro para as questões de desenvolvimento interno da nação, mas estas, por sua vez, contribuíram para o retorno da atenção e presença da Instituição em assuntos relacionados à Política Externa, uma vez que internamente se exigia a inserção internacional do País. (LANDIN, 2014)

Assim, a atuação dos militares no campo internacional é observada no papel das Forças Armadas em áreas de interesse estratégico e na formulação de políticas, nas "...missões militares formais e informais, permanentes ou temporárias, serviço de

informações e aditâncias militares no exterior, além da participação em Operações de Paz das Nações Unidas.” (GARCIA, 1997)

A Diretriz para as atividades do Exército Brasileiro na área internacional (DEABAI) é atualmente o documento que estabelece orientações para subsídio do planejamento e execução das atividades do EB no campo Internacional, estando alinhada com os objetivos e intenção da Política Externa Brasileira, Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa e fundamentada nos marcos legais balizadores da atuação do EB na área externa, constituindo peça principal na análise do objetivo do EB com a Cooperação Militar na América do Sul. Este documento, além de apresentar os princípios constitucionais estabelecidos no art. 4º da CF/88, apresenta como outros princípios a serem seguidos a Unidade de Ação, o Respeito aos Acordos, a Integração e coordenação de esforços e a eficácia e aplicação Judiciosa dos meios.

“Apoiar e contribuir com os esforços dos exércitos dos países amigos para consolidarem sua estrutura” e “contribuir para a capacitação profissional dos integrantes da Força Terrestre” são propósitos da Diplomacia Militar elencados pelo documento citado, tendo como atividades apontadas para condução desses propósitos “os intercâmbios militares diversos” e a realização de “exercícios / treinamentos em conjunto com tropas estrangeiras no Brasil e no exterior”.

Ainda relacionado à Diplomacia Militar, a DAEBAI elenca entre os principais objetivos a serem atingidos pelas atividades internacionais do EB:

“- atender aos Objetivos Nacionais de Defesa, constantes da PND, particularmente quanto aos incisos:

I - Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; [...]

IV - Contribuir para a estabilidade regional;

V - Contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; [...]

X - Aprofundar o relacionamento no campo militar com os países de maior interesse para o Brasil;

XI - manter um diálogo regular sobre questões bilaterais e multilaterais de interesse mútuo, no âmbito da Defesa, fomentando a cooperação, a integração e a confiança recíproca com os exércitos de outros países; [...]

XIV - buscar a capacitação qualificada em áreas de interesse da Força Terrestre.”

As área e focos de atuação do EB, de acordo com a PND, têm o subcontinente da América do Sul como prioridade das relações bilaterais, por ser a região em que o Brasil está inserido. Não diferente, a END reafirma essa prioridade no estreitamento da cooperação com os países sulamericanos.

A DAEBAI ainda aponta como diretriz da Política Militar de Defesa e da Estratégia Militar de Defesa a aproximação das FA amigas por intermédio de aumento dos Exercícios Operacionais, da cooperação técnica, intercâmbios militares e operações conjuntas, sendo estabelecido como foco do atual esforço conforme figura 10, a seguir.



Figura 10 - Foco atual do esforço para as atividades Internacionais do EB/fonte: DAEBAI, 2016.

Para a América do Sul, o documento prevê o estabelecimento de ambiente de confiança mútua que facilite a solução de questões de segurança, principalmente na área de fronteira. Estabelece também, como estado final desejado, a integração entre os exércitos da região por intermédio de iniciativas que ampliem as relações interpessoais e interinstitucionais.

ÁREAS GEOGRÁFICAS	OBJETIVOS				
	Desenvolvimento de ações de cooperação	Desenvolvimento de ações de integração	Funcionamento de um efetivo Sistema de Doutrina Militar Terrestre (DMT)	Funcionamento de um efetivo sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação	Promoção do desenvolvimento de competências
América do Sul	2	1	2	3	3
África	1	4	6	5	5
EUA, Canadá e Europa	6	2	1	1	1
América Central, Caribe e México	3	3	5	6	6
Oriente Médio e Sudoeste Asiático	4	5	4	4	4
Leste Asiático e Oceania	5	6	3	2	2

Tabela 02 - Prioridades gerais para as atividades internacionais do EB / fonte: DAEBAI, 2016.

Por fim, a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional resume a tendência geral em prioridades, devendo a mesma ser seguida para a aplicação judiciosa dos meios (Tabela 02). É possível observar que são atribuídas as prioridades 1 e 2 para o desenvolvimento de ações de integração, cooperação e desenvolvimento de efetivo sistema de doutrina militar terrestre na América do Sul, não sendo especificando qual tipo de atividade de cooperação deve ser priorizada para atingimento desses efeitos desejados.

6.2A Cooperação do EB na América do Sul

Inicia-se a análise das missões de cooperação militar do EB na América do Sul pelos acordos bilaterais, pois eles definem as linhas gerais das atividades internacionais, e é a partir dos mesmos que as Forças Armadas podem planejar as suas atividades, em alinhamento com as diretrizes traçadas. Os principais acordos bilaterais no âmbito da segurança e defesa com países sulamericanos realizados até o ano de 2014 estão demonstrados na tabela 03, a seguir.

PAÍS	ACORDO BILATERAL
Argentina	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração Conjunta concordando em desenvolver Atividades de Cooperação e Apoio Mútuo nas Áreas de Recursos Humanos, Logística, Adestramento Operacional, Assistência Técnica e outras (2001) - Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa (2005) - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Tecnologia Militar - Veículo GAÚCHO (2005) - Declaração Conjunta Brasil-Argentina (2008) - Protocolo Complementar ao Acordo de Cooperação (2008)

Bolívia	- Declaração de Criação do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (2000) - Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa (2007)
Colômbia	- Acordo sobre Cooperação em Matéria da Defesa (2008) - Memorando de Entendimento para a Cooperação no Combate a Fabricação e Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e outros materiais afins (2008)
Chile	- Declaração de Criação do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (2000) - Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa (2007)
Equador	- Declaração Conjunta de Criação do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (2002) - Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa (2007)
Guiana	- Acordo de Cooperação relativos à área de Defesa (2009)
Paraguai	- Declaração Conjunta de Criação do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (2002) - Memorando de Entendimento para Envio de Pel Fuz junto com as Forças Brasileiras (2006) - Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa (2007) - Arranjo Técnico entre o Exército Brasileiro e o Exército Paraguai Relativo à Cooperação na Manutenção de Viaturas Blindadas Militares (2007) - Declaração Conjunta criando do Mecanismo 2+2 de Consulta e Avaliação Estratégica envolvendo o MD e MRE dos dois Países (2007)
Peru	- Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia (2003) - Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa (2006) - Declaração criando Mecanismo de Consulta MRE + MD dos dois países (2006) - Declaração de Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia (2006)
Suriname	- Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa (2008)
Uruguai	- Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa (2010)
Venezuela	- Declaração Conjunta Concordando em Desenvolver Atividades de Cooperação e Apoio Mútuo em Áreas de Interesse Comum (2000)

Tabela 03 - Acordos Bilaterais celebrados na área de defesa com países da América do Sul (2000- 2014) / fonte: LANDIN, 2014.

É possível verificar através dos acordos bilaterais celebrados pelo Brasil com países sulamericanos, a confirmação da predisposição do Estado Brasileiro em integrar-se na área de Defesa dos seus vizinhos, sendo notada a prioridade dada, ao menos nessa modalidade de cooperação, ao Paraguai e Argentina, no período entre 2000 e 2014.

Seguindo na análise, verifica-se na tabela 04 outros dados que servem de indicadores para realização da mesma inferência acerca da predisposição brasileira em, seguindo as diretrizes já aqui elencadas, buscar o ambiente de confiança mútua na área de defesa, se utilizando da diplomacia militar implementada pelo Exército Brasileiro para isso. As atividades realizadas pelo Exército Brasileiro junto aos países sulamericanos, entre os anos de 2002 e 2011, demonstram também a prioridade que é dada às atividades de ensino e visitação e a ocorrência ínfima de Operações conjuntas, exercícios e manobras.

PAÍS	Cursos Estágios Intercâmbios	Reuniões Conferências	Visitas**	Operações Exercícios Manobras	Missões Permanentes*	TOTAL
Argentina	114	14	96	0	5	229
Bolívia	75	14	56	0	8	153
Colômbia	58	20	80	3	24	185
Chile	58	7	80	0	4	149
Equador	136	7	32	1	9	185
Guiana	55	12	70	0	2	139
Paraguai	199	12	120	0	12	343
Peru	132	12	54	1	10	209
Suriname	62	12	30	0	10	114
Uruguai	81	12	64	0	4	161
Venezuela	116	11	20	0	3	150
TOTAL	1086	133	702	5	91	2017

Tabela 04 - Atividades do Exército Brasileiro com países da América do Sul (2003- 2010) / fonte: LANDIN, 2014.

* Expressa o número de cargos permanentes que o Brasil possui no país.

** individuais, ou em comitivas ou delegações

A figura 11 representa graficamente os números citados anteriormente e possibilita, com mais destaque, identificar as inferências acima, sendo observado a prioridade dada às atividades de ensino (cursos, estágios e intercâmbios) e as atividades em cooperação com Paraguai e Argentina.

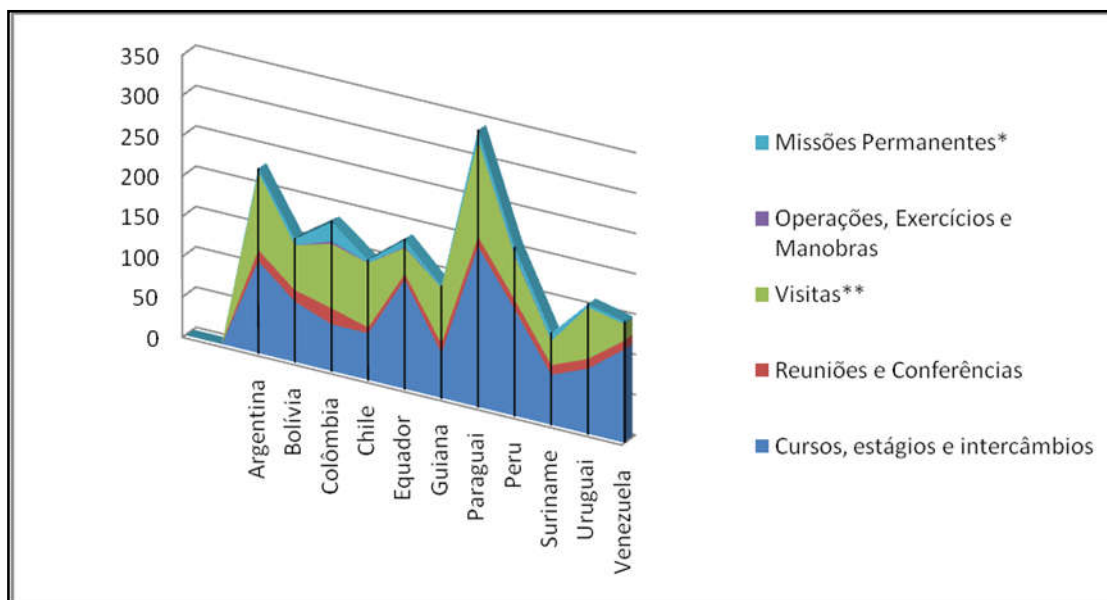


Figura 11- Representação gráfica das Atividades do Exército Brasileiro com países da América do Sul (2003- 2010) / fonte: LANDIN, 2014.

Dados mais atuais divulgados pela 5ª Subchefia do Estado Maior do Exército (EME), mostra que a prioridade dada às atividades de ensino e visitas institucionais não se alterou. Nos anos de 2017 e 2018, de acordo com a tabela 05, os cursos,

estágios e visitas quase monopolizaram as atividades internacionais do Exército Brasileiro.

Atv Inter – 2017 / 2018 (1º Sem)		
	2017	2018
Visitas de Cmt Ex de Nações Amigas ao EB	06	10
Visitas de Diplomacia Militar (Cmdo Mil A)	06	08
Conferências Bilaterais de Estado-Maior	06	15
Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar	10	10
Conferência dos Exércitos Americanos	05	04
Reuniões de Cmt Ex Cone Sul	01	01
Atv Mil do EB indo ao exterior (PVANA)	453	836
Atv Mil estrangeiros no EB (PVMEB)	91	195
Atv de Mil do EB no exterior (PI Alfa e Beta)	653	692
Reuniões Bilaterais de Defesa (MD)	10	25
Reuniões de Coordenação Militar (Intlg)	06	04
Reu Integradas Bilaterais (MRE/MD/GSI)	05	02
Mil do EB em Curso no Ext (PCENA)	245	127
Mil estrangeiros em Curso no EB (PCEMEEB)	321	138
Atv com Adidos/Aux estrangeiros no EB	03	07
Operações Conjuntas com Nações Amigas	08	11
Estágios/Seminários/Simpósios Inter	04	03
Total	1.833	2.088

Tabela 05 - Atividades internacionais do Exército Brasileiro (2017- 2019*)
/fonte: Palestra ministrada na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 2018.

Em seu estudo sobre a cooperação militar do Exército Brasileiro na América do Sul, Santos (2013) analisa as diretrizes da Política Militar Terrestre e os projetos estabelecidos à época para atender a Ação Estratégica de “Ampliação de Programas de Cooperação e Intercâmbio com países amigos”:

“- aumentar a participação de militares brasileiros em estabelecimento de ensino de países amigos como aluno ou instrutor;

- **Realizar exercícios com tropa, próximos à região de fronteira e com a presença de militares de países amigos como observadores;**

- **incrementar a realização de exercícios militares**, cooperação técnica, reuniões para **troca de informações diversas** (Inteligência, Logística, Doutrina, Gestão, etc.) com as **nações sulamericanas** e outras de interesse do Brasil, buscando o fomento de medidas de confiança mútua;

- ampliar quantitativa e qualitativamente programas de cooperação nos assuntos de interesse da Força (forças de paz, guerra cibernética, pesquisa,

produção, comércio de produtos de defesa, etc.) respeitadas às prioridades do governo federal;

- **Estudar a realização de exercícios com tropa de países amigos em território nacional** buscando o fomento de medidas de confiança mútua; e

- Incrementar parcerias internacionais na produção de MEM.” (SANTOS, 2013)

O Autor, ainda, aponta as principais formas de cooperação militar como sendo: “cooperação em inteligência, exercícios militares combinados, cooperação no ensino militar e cooperação em tecnologia militar”. Reconhece, também, os benefícios da cooperação de inteligência, que tem como objetivo técnico a troca de informações que são de interesse militar de outra nação, e da realização de exercícios militares combinados, como fator que possibilita o “incremento da interoperabilidade” e sua importância quando da necessidade de forças militares distintas operarem de maneira combinada na execução de missões e tarefas. (SANTOS, 2013)

Da análise das principais formas de cooperação militar, das diretrizes da Política Militar Terrestre e das ações de cooperação identificadas anteriormente, seria coerente inferir que o Exército Brasileiro, naquele período, atinge parcialmente o objetivo determinado para cooperação e integração com países da América do Sul. Tal afirmação é apoiada na escolha, quase exclusiva, de utilização da cooperação no ensino militar, sendo praticamente descartada a cooperação em inteligência e a realização de exercícios militares combinados.

Porém, não sendo aqui uma crítica ao autor, mas sim utilizando do seu pensamento para demonstrar uma tendência do Exército Brasileiro, Santos (2013) equivocadamente conclui que, pelo aumento de cooperação no ensino militar, o EB estaria em uma “trajetória da cooperação [...] crescente”, revelando um “fortalecimento da projeção do EB e do Brasil no cenário internacional, contribuindo, assim, com a política exterior do Brasil e conseqüentemente com a integração regional”.

O autor, ainda, infere que o “Exército Brasileiro está alinhado com a Política de Defesa Nacional, ao intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas sulamericanas, e também quanto à Estratégia Nacional de Defesa, onde o EB contribui ao fomentar a cooperação militar regional, estando, também, coerente com a Diretriz Geral de seu Comandante, pois ao cooperar no ensino, tanto recebendo alunos estrangeiros, como

oferecendo instrutores brasileiros, está adensando relacionamento com exércitos vizinhos”. (SANTOS, 2013)

É notório que a cooperação no Ensino Militar e as atividades de visitação reforçam a diplomacia militar e colaboram com o estabelecimento do ambiente de confiança mútua, porém, nesse momento da pesquisa, é fundamental se fazer alguns questionamentos: qual seria seu alcance e sua eficiência quando comparado com as outras formas de cooperação, também previstas pelas diretrizes da Instituição? A realização de exercícios militares combinados, exercícios na área de fronteira com presença de tropas de países sulamericanos, intercâmbio de adestramento de tropa poderiam atingir um efeito tão ou mais compensador para os interesses da nação? Nessas atividades seria possível, em melhores condições, a troca de Técnicas, Táticas, Procedimentos e experiências, além de compartilhamento de informações sobre as áreas de interesse comum das diversas nações do subcontinente?

A partir dessas questões e entendendo que o Exército Brasileiro como instituição optou pelo ensino militar como modalidade de cooperação internacional, a presente pesquisa buscará, apoiada na experiência e percepções de militares que compuseram esse tipo de missão, identificar seus reflexos para a integração e segurança interna do país e quais as possibilidades ainda não exploradas na cooperação militar na América do Sul.

6.3 Reflexos das missões de cooperação do EB em curso e oportunidades de ampliação de resultados em favor da integração e segurança interna.

Tendo analisado as missões de Cooperação Militar desencadeadas pelo Exército Brasileiro com países sulamericanos, é legítimo inferir que a instituição tem cooperado com a Política Externa, aproveitando a capacidade militar de desenvolver laços de confiança mútua com outros Exércitos do subcontinente, proporcionando aproximação e integração entre os países no setor de Defesa.

As missões desencadeadas no marco temporal do presente trabalho (século XX) apontam para o protagonismo brasileiro na busca pelo incremento das relações na América do Sul, seguindo as diretrizes da Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa, que destacam a importância da integração regional para os interesses nacionais, devendo a mesma ser prioritária no estabelecimento de iniciativas dessa natureza.

Essas afirmações são bem fundamentadas nos dados apresentados pelas tabelas 03 e 05 no item 6.2, demonstrando alinhamento com as diretrizes para Cooperação Militar do Exército Brasileiro, aqui apresentadas.

Contudo, conforme analisado neste trabalho o cenário de segurança do subcontinente e do Brasil, especificamente, demonstra que existe cada vez mais interconexão do crime organizado e de atividades ilícitas na região. Esta situação é ampliada com a porosidade das fronteiras e as fragilidades dos Estados sulamericanos, produzindo uma sinergia maléfica que atenta sobremaneira contra a soberania, estabilidade e capacidade dos países promoverem seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, além de garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais. (PND, 2016a)

Entende-se, portanto, que a forma de cooperação adotada por intermédio de atividades de visitação e ensino militar, cumpre apenas a tarefa inicial de integração, deixando, porém, lacuna no estabelecimento de oportunidades para incremento da interoperabilidade entre as forças armadas da região e a troca de informações operacionais de interesse mútuo, principalmente relativas a área de fronteira.

A tabela 05 demonstra nitidamente a falta de prioridade na realização de operações, adestramentos e exercícios militares combinados nas atividades internacionais do Exército Brasileiro, o que, de acordo com o que já analisado neste trabalho, reduz a capacidade de contribuir eficazmente com o desenvolvimento da interoperabilidade no subcontinente e por sua vez dificulta a integração para respostas combinadas às ameaças regionais, quando necessário.

O pequeno número de missões com a presença de tropa e exercícios militares combinados entre o Exército Brasileiro e os países da América do Sul, de acordo com o já analisado anteriormente neste trabalho, reduz a possibilidade de incremento no adestramento tático das forças militares pela troca de experiências e, também, dificulta o intercâmbio de informações, sobretudo da área de fronteira.

Levando em consideração os benefícios já abordados para a interoperabilidade, incremento operacional e intercâmbio de informações das atividades acima citadas infere-se que a lacuna deixada pela baixa realização dessa ações faz com que os resultados positivos dos dispositivos de cooperação aqui estudados mostrem-se menos eficientes e expressivos para a contribuição com a segurança interna e

controle das instabilidades causados pelo crime organizado e ações ilícitas que ameaçam o país, principalmente na faixa de fronteira.

Verificando a Diretriz para as Atividades Internacionais do Exército Brasileiro, observa-se a preocupação com a otimização dos recursos disponíveis e sua aplicação judiciosa. Por dedução, os consideráveis gastos necessários para o envio de tropas constituídas ao exterior e o desenvolvimento de onerosas operações mostram-se como um dos poucos aspectos que possam justificar o reduzido número de operações e adestramentos combinados.

Neste sentido, infere-se que a priorização de atividades operacionais com emprego de tropas profissionais e especializadas com pequenos efetivos poderia ser uma resposta eficaz para a solucionar a lacuna apresentada, sem, contudo, contrariar a necessidade de controlar os gastos para o Estado brasileiro.

Tomando como exemplo as relações desenvolvidas com os EUA, a interoperabilidade entre tropas é objetivo marcante nos propósitos de integração discutidos nas Conferências Bilaterais de Estado-Maior dos dois países. Nas atividades propostas e executadas entre os dois Exércitos é possível destacar exercícios combinados entre Batalhões de Inteligência Militar, Intercâmbio sobre Operações de informação no COpEsp, Exercício Conjunto-Combinado anual de Forças Especiais entre o COpEsp e Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos (USSOCOM), Intercâmbio anual entre Tropa de Ações de Comandos entre o 1º Batalhão de Ações de Comandos e o *75º Ranger Regiment/3rd Ranger Battalion*, Intercâmbio anual entre tropas de Precursores Paraquedistas, entre outros.

Essas atividades caracterizam-se pelo emprego de tropa com pequenos efetivos, pela continuidade das ações dos intercâmbios, permitindo o estabelecimento de laços e troca de experiências, e pelo propósito comum de incrementar a interoperabilidade e integração operacional entre as tropas envolvidas.

Por outro lado, os dados apresentados demonstram grande incidência de missões bilaterais com Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela. Tais países, como verificado em sessões anteriores, se configuraram em palco para as mais relevantes ligações das Organizações Criminosas com as organizações atuantes no Brasil, além da utilização da faixa de fronteira brasileira para o narcotráfico e tráfico de armas e a existência de grupos paramilitares com capacidade de desestabilizar a região.

Assim, é pertinente concluir que os esforços de cooperação militar do Exército na América do Sul, apesar de se mostrarem relativamente incapaz de incrementar a integração operacional das FA sulamericanas de maneira a impactar os principais óbices de segurança interna e da faixa de fronteira dos mesmos, têm priorizado efetivamente aqueles com maior capacidade de influir nesse aspecto, sendo benéfico à mitigação dos efeitos externos à segurança nacional, por colaborar com a aproximação e integração de forças no combate dos estados com ameaças em comum.

6.4 Percepções de Adidos Militares do Brasil na América do Sul.

De maneira a ampliar a discussão e embasar conclusões acerca da eficiência da cooperação militar do Exército Brasileiro com países da América do Sul, foi realizada uma pesquisa de opinião com oficiais do Exército que ocupam ou ocuparam recentemente a função de Adido Militar nos países elencados como de maior interesse para a segurança e estabilidade do País (Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela).

A pesquisa com Adidos Militares nos países acima mencionados, no período de 2010 a 2019, foi realizada por intermédio de um questionário online, com 12 perguntas objetivas e subjetivas. A utilização dessa ferramenta visou aproveitar o acesso às informações e decisões que os militares dispunham pela natureza da missão que desempenhavam ou desempenham para angariar percepções que auxiliem na conclusão do trabalho e resposta ao problema estabelecido.

Os dados serão apresentados em gráficos e tabelas, sem, contudo, individualizar respostas, sendo selecionadas as informações que mais diretamente respondem aos questionamentos propostos nesse trabalho.

Iniciando a pesquisa, quando questionados sobre a questão de insegurança no país anfitrião e a interferência da mesma no Brasil, os Adidos Militares se posicionaram de acordo com a Figura 12. O Tráfico de Drogas, tráfico de armas e a ação do crime organizado tiveram as maiores incidências de resposta, configurando-se, na visão dos Adidos Militares, os principais responsáveis pela situação de insegurança vivida pela nação sede da missão. Ainda, não constante das opções de resposta, o controle de setores públicos por parte de organizações criminosas foi apontado como outra ação relevante em mais de 10% das respostas.

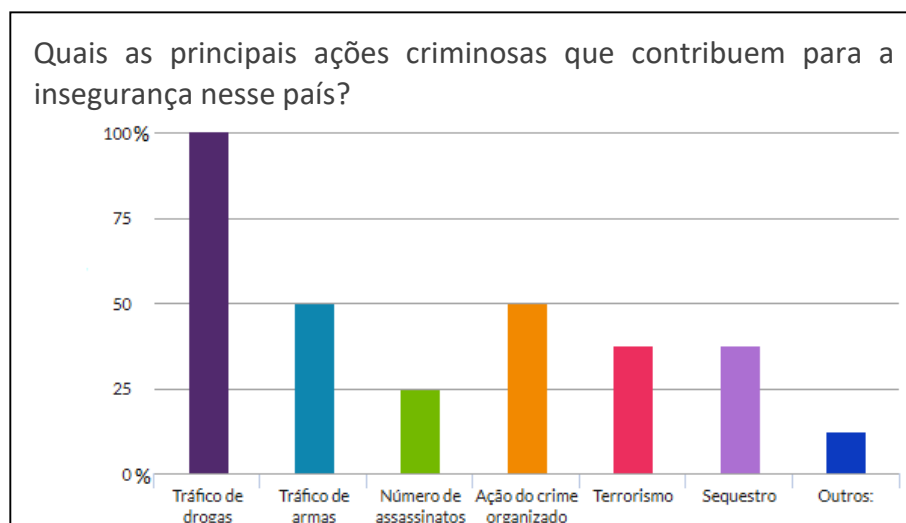


Figura 12 - Resposta à pergunta Nr 4 / fonte: Pesquisa com Adidos Militares realizadas pelo autor, 2019.

Na sequência, a pesquisa questionou os participantes acerca da influência desses problemas de segurança e instabilidades vividos pelos países onde desempenham/desempenharam a função nas questões internas brasileiras. As respostas dos militares estão representadas na Figura 13, surgindo, principalmente, como exemplos de reflexos negativos já vividos pelo Brasil, o fornecimento de arma e drogas para o crime organizado, a Imigração desordenada com o ingresso de elementos de grupos guerrilheiros, a violência das grandes cidades e nas regiões fronteiriças, entre outras.

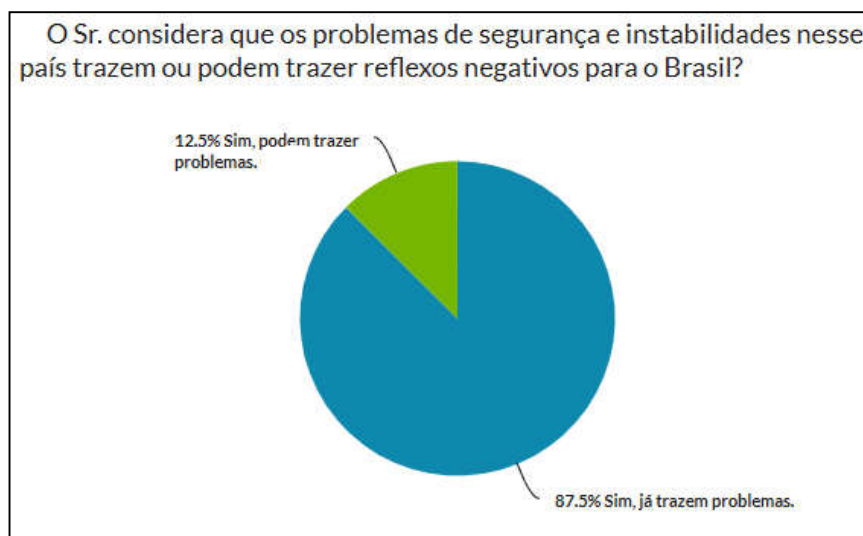


Figura 13 - Resposta à pergunta Nr 5 / fonte: Pesquisa com Adidos Militares realizadas pelo autor, 2019.

Os Adidos militares foram questionados, em seguida, sobre a capacidade de a Cooperação Militar do Brasil com o país anfitrião contribuir de maneira mais significativa com essa nação. Mais de 85% das respostas apontaram que sim, sendo que as respostas negativas foram dadas por adidos militares que consideraram que a cooperação entre as nações já cumprem seu papel de maneira satisfatória.

Como já inferido nesse trabalho, a atuação do Exército Brasileiro na América do Sul contribui de maneira significativa para a construção de relação de confiança mútuas entre as nações, por intermédio da Diplomacia Militar. Contudo, foi questionado aos adidos Militares se, além desses benefícios, a cooperação em adestramento e instrução, com utilização de tropas especializadas, pode trazer benefícios diretos para a segurança da nação anfitriã.

Em resposta ao questionamento, 87,5% dos entrevistados responderam positivamente. As respostas negativas à essa pergunta, em sua maioria, consideraram que não trariam benefícios significativos para a segurança por dependerem de outros fatores mais relevantes.

Os Adidos Militares que consideram positiva a utilização de adestramento e instrução com utilização de tropas especializadas (Pergunta 9), apontaram, principalmente, como benefícios para a segurança da nação anfitriã o desenvolvimento de capacidades que uma das partes não possuía, a difusão da Doutrina Militar, a atualização no emprego de tropas, a possibilidade de demonstração de material da Indústria de Defesa, o estabelecimento de Interoperabilidade entre as Forças, a troca de informações sobre problemas comuns, aumento da segurança na faixa de fronteira, o compartilhamento das ameaças comuns e o aumento dos laços de amizade e cooperação dos elementos operacionais.

Os próximos questionamentos se referiram a percepção dos Adidos Militares sobre as atividades que mais contribuiriam com a segurança do país anfitrião, maior integração e segurança na faixa de fronteira, maior eficiência no compartilhamento de dados de inteligência relativos à ilícitos e diminuição de crimes transfronteiriços. As respostas, como demonstradas na figura 14, apontam para as atividades de compartilhamento de informações e exercícios militares combinados, com a ocorrência da atividade de adestramento de tropa e visitas de instrução em aproximadamente 40% das respostas.

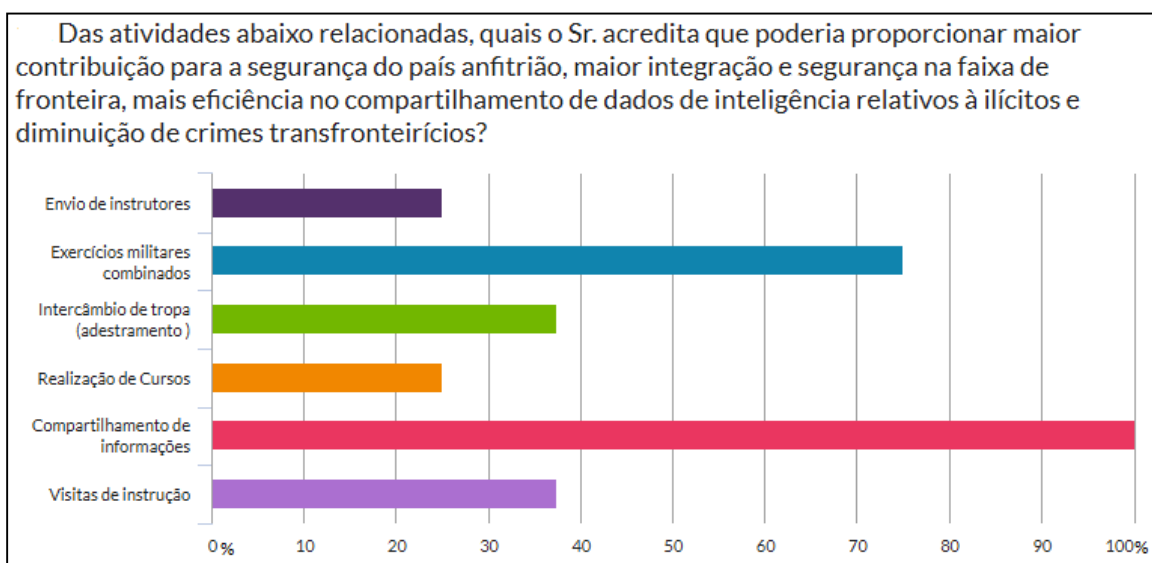


Figura 14 - Resposta à pergunta Nr 10 / fonte: Pesquisa com Adidos Militares realizadas pelo autor, 2019.

A diminuição do tráfico de drogas, maior estabilidade e segurança nas fronteiras e diminuição do tráfico de armas seriam, como mostra a figura 15, os reflexos diretos das atividades internacionais citadas acima mais benéficos para a segurança do Brasil, na visão dos Adidos Militares.

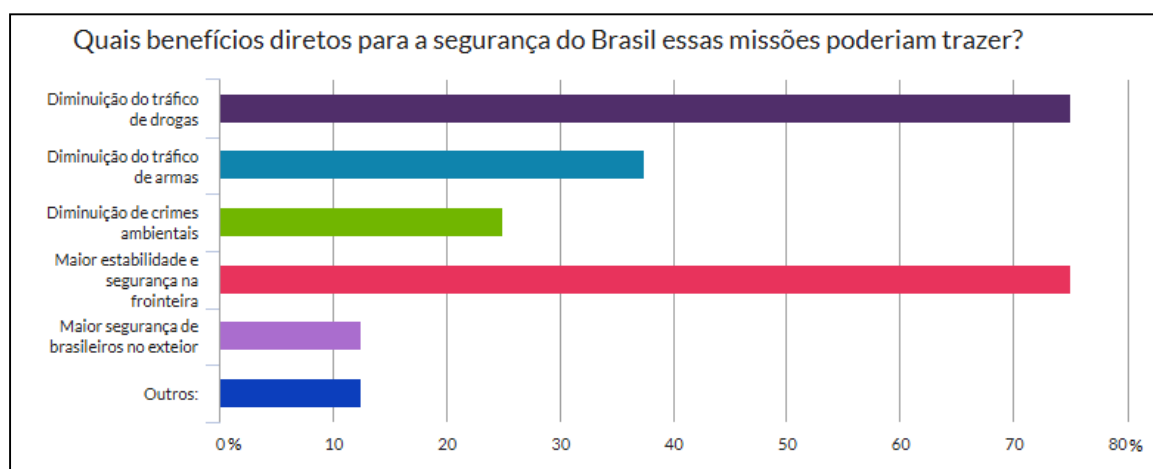


Figura 15 - Resposta à pergunta Nr 11 / fonte: Pesquisa com Adidos Militares realizadas pelo autor, 2019.

Finalizando a pesquisa, foi solicitado aos Adidos militares que apontassem algumas considerações sobre como a Cooperação Militar do Exército Brasileiro com países da América do Sul poderiam ampliar a integração regional e contribuir com a segurança interna do Brasil. As principais ideias foram compiladas e apresentadas na tabela nr 6, a seguir.

Considerações sobre Cooperação Militar do Brasil na América do Sul

1. Já existe um bom nível Cooperação Militar Brasileira com esses países, deve ser aproveitada e incrementada.
2. A Cooperação é muito importante para o desenvolvimento de integração e para melhor estabilidade regional.
3. A integração regional pode aumentar com maior conhecimento mútuo.
4. A segurança aumenta com o compartilhamento de conhecimentos/intercâmbio de Informações e ações coordenadas.
5. A cooperação Militar aumenta a influência no entorno estratégico, gerando conhecimento da Força e confiança para realização de operações conjuntas
6. A cooperação na área de inteligência ainda é deficiente.
7. Para um combate efetivo ao tráfico de drogas e outros ilícitos é necessário também integração com as polícias na área de inteligência.
8. A ação das Forças Armadas em operações deve ser focada na faixa de fronteira.
9. O Brasil necessita de uma participação mais efetiva nas questões regionais.
10. A cooperação militar do Exército Brasileiro com países da América do Sul pode ampliar a integração regional e contribuir para a segurança interna do Brasil
11. O País precisa assumir o papel de liderança que lhe corresponde e que é esperado por nossos vizinhos.
12. É importante a identificação de novas oportunidades de integração junto às diversas Nações Amigas.

Tabela 06 - Principais considerações presentes na pesquisa com Adidos Militares do Brasil na Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela / fonte: Pesquisa com Adidos Militares realizadas pelo autor, 2019.

Finalmente, é possível afirmar que as percepções dos Adidos Militares compartilhadas na pesquisa apresentada nesta sessão, corrobora com algumas inferências feitas no desenvolver dessa pesquisa.

Necessitando tomar como base as percepções majoritárias sobre cada questionamento apresentado, conclui-se que os militares que desempenham ou desempenharam função de Adido Militar concordam que a Cooperação Militar do EB nos países proporciona uma boa integração e confiança mútua entre as Forças e os países, podem contribuir mais significativamente com esse aspecto e, principalmente, com a minimização de problemas de segurança do Brasil.

Os mesmos, em consonância com o analisado em capítulos anteriores, observam a percepção da existência de atividades ilícitas e criminosas interconectadas pelos países vizinhos, trazendo grandes e indesejáveis reflexos para a segurança dos Estados sulamericanos.

As percepções dos adidos militares apontaram para uma aceitação da ideia da necessidade de ampliação de operações combinadas na área de fronteira, no incremento das atividades de Intercâmbio de adestramento e instrução com tropas especializadas, e na necessidade de ampliação de atividades que possibilitem o aumento de compartilhamento de informação sobre ameaças em comum entre nações vizinhas.

Portanto, tais ações teriam um impacto significativo na diminuição dos problemas de segurança interna do Brasil e dos países vizinhos analisados, pela capacidade de promover, em melhores condições, a integração operativa, a segurança na área de fronteira e o compartilhamento de informações vitais para neutralização das ameaças citadas.

7 CONCLUSÃO

A Cooperação com os países da América do Sul constitui-se em objetivo estratégico da PEB. Face a possibilidade de influência das questões externas no cenário nacional, a presente pesquisa baseou-se na análise do desempenho dessas ações de cooperação, mais especificamente no aspecto militar, e nos possíveis resultados delas na questão da segurança interna do Brasil, particularmente no seu arco fronteiriço terrestre.

A importância dessa integração e as possibilidades da Diplomacia Militar no estabelecimento de um necessário complexo regional de segurança na região fundamentou o estudo em questão, visando analisar os resultados e a eficiência das ações praticadas face às limitações do Brasil em garantir o controle dos ilícitos e eventos desestabilizadores da ordem interna.

No que tange ao cenário sulamericano, o relativo ambiente de tranquilidade face aos reduzidos casos de conflitos interestatais e conflitos internos quando comparados à outras regiões do mundo, camuflam uma notória e grave situação de violência social vivida no subcontinente.

Economias frágeis e Estados impotentes frente a velocidade das mudanças e adaptabilidade das organizações criminosas modernas, resultam na liberdade de ação dessas organizações que hoje, por exemplo, posiciona a América do Sul no topo da lista dos países produtores e exportadores de cocaína e maconha do mundo, tendo como principais responsáveis o Paraguai, Colômbia, Bolívia e Peru, como demonstrado na presente pesquisa.

Conectada com o tráfico internacional de drogas, a ação das organizações criminosas, cartéis e facções na região impactam diretamente nos índices de violência dos países. As taxas de homicídio apresentadas na Colômbia, Venezuela e Brasil, sendo maior que o dobro do considerado epidêmico pela OMS, e o aumento abrupto desses índices no Peru e na Bolívia são exemplos da fragilidade estatal e do déficit de segurança regional.

Soma-se a isso, a violência causada pela crise interna na Venezuela, a ação de grupos paramilitares e guerrilheiros, como as FARC e o EPP, na Colômbia e no Paraguai, respectivamente, e os indícios da atuação de organizações terroristas na região da Tríplice Fronteira sulamericana (Brasil, Paraguai e Argentina).

Apesar da constatada existência de um ambiente instável e propício a propagação da violência, decorrente da globalização e porosidade das fronteiras, foi possível verificar, na continuação da presente pesquisa, que a América do Sul possui um histórico de cooperação entre os países e, no ramo da Defesa dispõe de mecanismos capazes de mitigar esses efeitos maléficos, manter o equilíbrio regional e contribuir de maneira mais significativa com as questões de instabilidades internas aqui apresentadas.

A existência de instrumentos de integração como OCTA, UNASUL (em fase de substituição pelo PROSUR), CDS, entre outros, apontam para a real possibilidade de incremento da cooperação militar, principalmente por intermédio de operações simuladas e exercícios combinados, com foco na busca da interoperabilidade entre as Forças Armadas e de segurança, aumento da capacidade operativa, troca de experiências mútuas e compartilhamento de informações a respeito de crimes transnacionais e problemas em comum nas fronteiras.

Com base nos dados apresentados, pôde-se verificar que para o Brasil, devido os impactos negativos do cenário regional para a segurança interna, a cooperação militar em Defesa é uma ferramenta a ser aproveitada e incrementada.

Do estudo da relação existente entre a problemática das questões de segurança interna dos países vizinhos com a dimensão da violência e criminalidade brasileira, foi possível delimitar geograficamente aqueles que deveriam receber prioridade nas ações e missões de cooperação por parte do Exército Brasileiro.

Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela possuem, reconhecidamente, maior protagonismo nesses incômodos efeitos da interconexão das Organizações Criminosas na região, devendo, estes, serem o foco do esforço da Diplomacia Militar do EB na América do Sul, a fim de, além de integrar, contribuir de maneira significativa para minimizar essas consequências nefastas da globalização criminosa na região e, conseqüentemente, promover o incremento da Segurança Nacional.

Ainda, analisando o retrospecto da cooperação militar brasileira no subcontinente, constata-se que a região é prioridade para essas ações, confirmando a predisposição do EB em integrar-se na área de Defesa com seus vizinhos sulamericanos, com prioridade de ações de visitaçao e ensino, principalmente com

Paraguai e Argentina, e uma reduzida quantidade de operações e exercícios combinados.

De acordo com a pesquisa realizada no presente trabalho, os militares que desempenharam ou desempenham a função de Adido Militar nos países elencados como foco para as ações de cooperação acreditam que as atividades ilícitas e criminosas nos países vizinhos provocam, diretamente, grandes e indesejáveis reflexos para a segurança nacional. Além disso, a Cooperação Militar do EB nos países citados proporciona uma boa integração e confiança mútua entre as Forças e os países, porém, ainda possui capacidade de contribuir mais significativamente com esse aspecto e, principalmente, com a minimização de problemas de segurança do Brasil.

Segundo eles, existe a necessidade de ampliação de exercícios combinados na área de fronteira, no incremento das atividades de Intercâmbio de adestramento e instrução com tropas especializadas e ampliação de atividades que possibilitem o aumento de compartilhamento de informações sobre ameaças em comum entre as nações vizinhas.

Por fim, buscando responder diretamente o problema proposto pelo presente trabalho, é possível afirmar que a instituição Exército Brasileiro tem cooperado com a Política Externa, aproveitando a capacidade militar de desenvolver, com protagonismo, laços de confiança mútua com outros Exércitos do subcontinente, proporcionando aproximação e integração entre os países no âmbito de Defesa.

Ainda, os dados apresentados demonstram grande incidência de missões bilaterais com Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela. Tal fato se mostra favorável à questão da segurança interna, pois tais países apresentaram-se como palco das mais relevantes conexões criminosas transnacionais, além da utilização da faixa de fronteira brasileira para o narcotráfico, tráfico de armas e existência de grupos paramilitares com capacidade de desestabilizar a região.

Contudo, entende-se que a forma de cooperação adotada por intermédio de atividades de visitação e ensino militar, cumpre apenas a tarefa inicial de integração, deixando lacuna no estabelecimento de oportunidades para incremento da interoperabilidade entre as forças armadas da região e a troca de informações operacionais de interesse mútuo, principalmente relacionadas à área fronteiriça.

O pequeno número de missões com a presença de tropa e exercícios militares combinados entre o Exército Brasileiro e os países da América do Sul, de acordo com o já analisado anteriormente neste trabalho, faz com que os resultados positivos dos dispositivos de cooperação aqui estudados se mostrem pouco colaborativos para controle da segurança interna e instabilidades causados pelo crime organizado que ameaçam o país.

Diante das nuances jurídicas que, muitas vezes, impossibilitam as atividades relacionadas ao emprego do Exército Brasileiro na área de fronteira em operações combinadas focadas no combate direto às ameaças transnacionais aqui apresentadas, os exercícios militares combinados citados, focados no preparo das Forças dos países sulamericanos, possibilitam um ganho substancial em adestramento e na consciência situacional, contribuindo com o emprego de cada FA no provimento da segurança de seus territórios.

O foco na operacionalidade e interoperabilidade nas missões de cooperação irão colaborar com a redução do, não desejável, porém claramente perceptível, “Abismo Operacional” existente entre as FA dos países sulamericanos. Tal incremento no adestramento e estrutura militar é um requisito fundamental para que, no futuro, vencidas as barreiras jurídicas já citadas, seja possível o emprego combinado das forças militares para o combate aos crimes transnacionais de maneira direta e efetiva.

Cabe salientar que, internamente, o Exército Brasileiro realiza operações na faixa de fronteira buscando aumentar a presença do Estado, diminuir a liberdade de ação das ORCRIM e combater os crimes transnacionais. Tais operações, aproveitando da integração existente entre as FA, terão seus resultados potencializados quando sincronizadas com atividades semelhantes nos países vizinhos, podendo ainda, contar com a participação de observadores estrangeiros nos respectivos Centro de Operações durante sua realização.

Finalmente, é possível concluir que a priorização das atividades de ensino e visitação, em detrimento da realização de exercícios combinados e adestramentos, pode ser decorrente da preocupação com a otimização dos recursos disponíveis e sua aplicação judiciosa, uma vez que o envio de tropas constituídas ao exterior e o desenvolvimento de grandes operações combinadas poderiam se mostrar onerosas ao país.

Nesse sentido, infere-se que a priorização de atividades operacionais no exterior com emprego de tropas profissionais, especializadas e com pequenos efetivos, além do fomento às operações internas na faixa de fronteira sincronizadas com intercâmbio de observadores durante a execução poderiam ser respostas eficazes para a lacuna apresentada neste trabalho, sem, contudo, provocar gastos excessivos para o Estado Brasileiro.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Leandro Ataido. **O acordo de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o governo colombiano e seus possíveis reflexos para a organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC)**. 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2018.

AFONSO, Maria Manuela; FERNANDES, Ana Paula. **abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. Instituto Marquês de Valle Flôr e OIKOS, Lisboa, 2005. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/308748789_abCD_Introducao_a_Cooperacao_para_o_Developolvimento> Acesso em: 05 dez. 2018.

AMARAL, Arthur Bernardes do. **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror: dinâmicas de constituição da ameaça terrorista no Cone Sul**. 2007. Revista Carta Internacional. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/417/171>> Acesso em: 10 Fev 2019.

AMADOR, E. A. **El nuevo rostro de la cooperación técnica entre países en desarrollo (CTPD) y las nuevas tendencias internacionales**. Ciências Sociais, v. I, n.94, p. 169-88, 2001.

AMORIM, Celso. **A integração sulamericana**. Revista DEP: Diplomacia, Estratégia e Política/Projeto Raúl Prebisch nº 10 (outubro/dezembro 2009). Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2009.

AMORIM, Celso (2015). **Grande Estratégia: Política Externa e Defesa em um Mundo em Transformação**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.4, n.7, p.9-21

AMORIM, Celso (2016). **A Grande Estratégia do Brasil: Discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)**. 2016. Brasília: Funag. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1145-A-Grande-Estrategia-do-Brasil_FINAL_25_04.pdf> Acesso em 17 de março de 2019.

BAGLEY, Bruce Michael. **Principales tendencias del siglo XXI en cuanto al crimen organizado, el narcotráfico y la democracia en la región**. Trans-pasando Fronteras, Núm.3, 2013. Cali-Colombia. 2013. ISSN 2248-7212 • ISSN-e 2322-9152. Disponível em: <https://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/transpasando_fronteras/article/download/1623/2134> Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

BURGOS, Lorenzo Agustín *Cabrera*. **O Sistema de Inteligência do Exército Paraguai para combater as atuais ameaças à Segurança Nacional na faixa da fronteira norte e as possibilidades da atuação combinada com o Exército Brasileiro**. 54 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2018.

BRAGATTI, Milton Carlos. **Cooperação Em Defesa Na América Do Sul – Limites E Perspectivas**. 2016. 165f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <[https://programas.unila.edu.br/sites/default/files/ckfinder/files/BRAGATTI%202016%20-%20DISSERTACAO%20\(2\).pdf](https://programas.unila.edu.br/sites/default/files/ckfinder/files/BRAGATTI%202016%20-%20DISSERTACAO%20(2).pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília/DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 02 nov. 2018.

_____. **Política de Defesa Nacional**. Ministério da Defesa. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5484.htm>. Acesso em 13 de outubro de 2018

_____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2012a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>> Acesso em 14 de outubro de 2018.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012b. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em 14 de outubro de 2018.

_____. **Política Nacional de Defesa**, 2016a. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em 14 Jan 19.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**, 2016b. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em 14 Jan 19.

_____. **GLOSSÁRIO DAS FORÇAS ARMADAS**, 2015. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em 14 Jan 19.

_____. **Cenários de Defesa 2020 – 2039 – sumário executivo / Ministério da Defesa, Assessoria Especial de Planejamento**. Brasília: A Assessoria, 2017. 64 p

BURGES, Sean (2008). **Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War**. *International Relations*, v. 22, n. 1, p. 65-84.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf>. Acesso em 02 dez. 2018.

COLÔMBIA. **Observatório de Drogas da Colômbia**. 2019.

COSTA, Darc A. L. **Estratégia Nacional. A cooperação Sulamericana como caminho para a inserção internacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Aristeu Souza, 2003.

COUTINHO, Leonardo. **A Rede, o Terror Finca Base no Brasil** Revista Veja, Rio de Janeiro, 6 abr. 2011. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/387/Terrorismo----A-REDE---O-Terror-Finca-as-Bases-no-Brasil/>> Acesso em 05 de março de 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed,2007.

DIAS, Emídio Silva Filho. **Segurança e Defesa da faixa de fronteira: combate a crimes transnacionais entre o Brasil e o Paraguai com foco no Estado do Mato Grosso do Sul**. 2017. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2017.

DICIO. **Dicionário online de português**. 2019. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/justicamento/> > Acesso em 22 de março de 2019.

EL PAÍS. **Venezuela es un estado fallido que amenaza la seguridad y prosperidad**, 2017. Disponível em: <<http://www.elpais.com.co/mundo/venezuela-es-un-estadofallido-que-amenaza-la-seguridad-y-prosperidad-mike-pence.html>>. Acesso em: 18 março 2019.

ESTADÃO. Estadão Internacional. **Venezuela vai hoje às urnas sob risco de chavismo não reconhecer resultado**, 2015. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,venezuela-vai-hoje-as-urnas-sobrisco-de-chavismo-nao-reconhecer-resultado,10000004001>>. Acesso em: 03 Dez 2018.

ESTADÃO. Estadão Internacional. **PF prende 10 suspeitos de terrorismo no Brasil**, 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-cumpre-12-mandatos-de-prisao-contra-suspeitos-de-terrorismo-no-brasil/>>. Acesso em: 03 maio 2019.

FAGUNDES, Flávia Carolina de Resende. **O papel da OTCA para a integração em segurança e defesa no espaço andino-amazônico: desafios e oportunidades**. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS - SEBREEI, Integração Regional e Cooperação Sul-Sul no Século XXI, 20-22 jun. 2012. Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre, RS: SEBREEI, 2012. p. 200-219.

FREITAS, Jorge Manuel de Costa (2004). **A Escola Geopolítica Brasileira: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército.

GALVÃO, Thiago G. **América do Sul: Construção pela Reinvenção (2000-2008)**. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, V.52, n.2, p.63-80, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v52n2/04.pdf>> Acesso em: 03 fev. 2019.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O pensamento dos militares em política internacional (1961 -1989)**. Revista Brasileira de Política Internacional. 40 (1): 18 – 40. 1997.

HIIK – HEIDELBERG INSTITUTE FOR INTERNATIONAL CONFLICT RESEARCH. **Conflict Barometer 2018**. Heidelberg: HIIK, 2018. Disponível em: <<https://hiik.de/data-and-maps/conflict-database/conflict-details/?lang=en&id=32014>>. Acesso em 10 de maio de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

LANDIN, Hiarley Gonçalves Cruz. **A diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de segurança e defesa na América do Sul**. 181 p. Tese de Doutorado em Ciências Militares – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2014.

LANZELLOTTE, Ricardo Montinha. **A atuação do Primeiro Comando da Capital e dos principais cartéis de narcotráfico na América do Sul: consequências para o Estado Brasileiro**. 43 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2018.

LIMA, Carlos Eduardo Tavares de. **O combate colombiano à narcoguerrilha e o relacionamento bilateral com o Brasil no período, com ênfase para a expressão militar**. 39 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2017.

LOPES, Paulo César Colmenero. **Integração Sulamericana: situação atual e perspectivas**. Rio de Janeiro: ESG, 2011. Disponível em <<https://www.esg.br/images/Monografias/2011/LOPES.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2018

MARIANO, Marcelo Passini. **O Brasil e a Integração na América do Sul. Uma Análise dos Últimos Dez Anos (2003-2013)**. Lisboa: SciELO, 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000100008>. Acesso em: 04 jan. 2018.

MAGNOLI, Demétrio (2013). **O Mundo Contemporâneo: os grandes acontecimentos mundiais da Guerra Fria aos nossos dias**. 3ª Ed. São Paulo: Atual.

MARINHA DO BRASIL (2018). **Amazônia Azul**. Disponível em <<https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul>>. Acesso em 29 Out 2018.

MEIRA MATTOS, Carlos de (1980). **Uma Geografia Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro, RJ. Biblioteca do Exército.

MEDEIROS, Oscar Filho. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas e percepções militares na América do Sul**. 2010. 240f. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-16112010-105249/en.php>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

MERCOSUL. Parlamento. **Declaração 13/2008: sobre a reativação da quarta frota da marinha de guerra dos EUA.** Jul. 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/07/29/aprovada-declaracao-contra-reativacao-da-quarta-frota-da-marinha-dos-eua> >. Acesso em: 17 fev. 2019.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia (2013). **Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 35, no 1, janeiro/junho 2013, p. 11-41.

MIRANDA, Anibal. **Crimen Organizado em Paraguay.** 2001. Assuncion: Miranda e Associados.

MORAES, Rofrigo Fracalossi de. **A Cooperação Brasil-Argentina na Área Militar: da autonomia das Forças Armadas às Relações Estratégicas (1978-2009).** 2010. 237f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25894> >. Acesso em: 17 fev. 2019.

NASCIMENTO, Aldo Batista do. **A Defesa Nacional e a segurança pública no Brasil: uma simetria necessária em função dos desafios do Século XXI.** Rio de Janeiro: ESG, 2011. Disponível em <<https://www.esg.br/images/Monografias/2011/NASCIMENTO.pdf> >. Acesso em: 04 nov. 2018

NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul.** 2014 – Brasília: Ipea, 2014. 284 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21592 > Acesso em: 19 Jan 2019.

NATO (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION), NATO Standardization Agency. **NATO Glossary of Terms and Definitions (English and French).** Brussels: NATO, 2018. Disponível em: <https://standard.di.mod.bg/.../MSTD.blob_upload_download_routines.download_blob > Acesso em: 05 Mar 2019.

OCTA. ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. **Declaração de Manaus.** Manaus, 2004. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Mae-Terra/Declaracao-de-Manaus/3/2100> >. Acesso em 24 fevereiro 2019.

OLIVEIRA, Carlos Anselmo de Sá. **A falência estatal da Venezuela e seus reflexos para o Brasil.** 50 p. Monografia (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2017.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança Hemisférica e Política externa Brasileira: Temas, prioridades e mecanismos institucionais.** 2004. 141f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/388-seguranca-hemisferica-e-politica-externa-brasileira-temas-prioridades-e-mecanismos-institucionais>> .Acesso em: 17 Mar 2019.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança e Defesa na América do Sul: a cooperação regional e o papel do Brasil**. 2010. Revista Diálogo, n.16, p.13-29. Disponível em: < <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/search> > Acesso em: 10 fev. 2019.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança na América do Sul: problemas e atores**. 2011. Artigo preparado para o 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais: Governança global e novos atores. São Paulo, 2011. Disponível em: < <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/388-seguranca-hemisferica-e-politica-externa-brasileira-temas-prioridades-e-mecanismos-institucionais> > .Acesso em: 17 Maio 2019.

PARAGUAI. **Observatório Paraguai de Drogas**. 2019. Disponível em: <<http://www.senad.gov.py/>> Acesso em 05 de março de 2019.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China**. 2013. Carta Internacional, Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais v.8, n. 2, p.100-115. Disponível em: < <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/113> > Acesso em: 10 Jan 2019.

PODER 360, Portal. **Bolsonaro e outros 6 presidentes assinam proposta de criação do Prosul**. Brasília, DF. Publicado online em 22 Mar 19. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-e-outros-6-presidentes-assinam-proposta-de-criacao-do-prosul/> > Acesso em 22 de março de 2019.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. **Lei Federal 13.343, de 23 Ago 06: institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad**. Brasília, DF. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm> em 11 de março de 2019.

PRS GROUP. Country Data Online (CDO). **PRS GROUP**. Disponível em: <<http://epub.prs-group.com/thecountrydata-gateway>>. Acesso em 15 de março de 2016.

_____. About Us. **PRS GROUP**. Disponível em <<http://www.prsgroup.com/about-us/about-prs>>. Acesso em 15 de março de 2016.

_____. International Country Risk Guide (ICRG). **PRS GROUP**. Disponível em <<http://www.prsgroup.com/about-us/our-two-methodologies/icrg>>. Acesso em 16 de março de 2016.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005**. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=429>. Acesso em: 20 dez. 2018.

RABOSSI, F. **Nas Ruas de Ciudad del Este: Vidas e Vendas num Mercado de Fronteira**. 2004. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Antropologia, Museu Nacional, 2004.

ROCHA, Márcio. **Ilícitos Transnacionais e suas Implicações para a Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2015. Disponível em: < https://www.esg.br/publi/ilicitos_trasnacionais.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2019.

RODER, Ariane. **A Agenda Externa Brasileira em face aos ilícitos transnacionais: O contrabando na fronteira entre Brasil e Paraguai**. 2004. 107f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-03072007-094027/>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

ROSA, Bruno Rodrigo de **Souza. Os reflexos da atual situação Venezuelana para os Estados de Roraima e Amazonas, nas expressões econômica e psicossocial**. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2018.

SAAVEDRA, Guillermo. **Forças especiais do Chile e dos EUA aprimoram interoperabilidade**. 2019. Revista Diálogo, Revista militar digital. Disponível em: < <https://dialogo-americas.com/pt/articles/chilean-us-special-forces-strengthen-interopability> > Acesso em: 20 maio 2019.

SANTA BÁRBARA, Marcelo de Jesus. O Binômio globalização / fragmentação e a crise do Estado. **A Defesa Nacional**. n. 803, p. 45-53, set./out./nov./dez. 2005

SCHNEIDER, Edson Rodrigues. **A cooperação regional como estratégia para o fortalecimento da Base Industrial de Defesa**. 74 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2012.

SILVA FILHO, Acácio Miranda. **Lei Antiterror Anotada: Lei 13.260 de 16 de março de 2016**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2018.

SOSA, Alberto J. **Avances y Contratiempos em la Integración**. Integração da América do Sul. Brasília: FUNAG, 2010. em: <http://funag.gov.br/loja/download/751-Integracao_da_America_do_Sul.pdf> Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

SOUZA, Tamires Aparecida Ferreira. **Ameaças regionais e cooperação em Defesa: estudo sobre a América do Sul**. 2017. Revista Conjuntura Austral, v.8, n.42, p.45-60. Disponível em: < <http://oaji.net/articles/2017/2137-1519664569.pdf> > Acesso em: 10 Jan 2019.

TEIXEIRA, Vinicius Modolmo. **A cooperação em Defesa na América do Sul como base para a integração do continente**. 2013. 243f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, 2013. Disponível em: < <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16168/1/Vinicius%20Modolo.pdf> >. Acesso em: 05 Mar 2019.

TEIXEIRA, Vinicius Modolmo. **A América do Sul Gente aos Novos Desafios da Cooperação em Defesa**. 2017. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/a_america_do_sul_frente_aos_novos_desafios_da_cooperacao_em_defesa.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

TIMES. The New York Times. **O tráfico violento de drogas no brasil ultrapassa o Paraguai: “cenas que você vê em filmes”**, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/12/15/world/americas/brazil-paraguay-gangs-drugs.html>>. Acesso em: 03 maio 2019.

TOBAR, Felipe Salazar. **Tendências criminais sulamericanas em perspectiva comparada**. 2015. Revista Bras. Segurança Pública, v.9, n. 2, p.88-109. Disponível em: <revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/499/209> Acesso em: 10 Jan 2019.

United Nations. **United Nations Office on Drugs and Crime. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC)**. 2018. Disponível em: <<http://www.unodc.org/unodc/en/drug-trafficking/index.html>> Acesso em 04 de março de 2019.

UCDP. Definitions. **Uppsala Conflict Data Program (UCDP)**. 2015. Disponível em <<http://www.pcr.uu.se/research/ucdp/definitions>>. Acesso em 9 de abril de 2019.

_____. Publications. **Uppsala Conflict Data Program (UCDP)**. Disponível em <<http://www.pcr.uu.se/research/ucdp/publications/>>. Acesso em 9 de abril de 2019.

_____. UCDP Data Base. **Uppsala Conflict Data Program (UCDP)**. 2015. Disponível em <<http://www.ucdp.uu.se/gpdatabase/gpregions.php?regionSelect=5Southern%20Americas>>. Acesso em 9 de abril de 2019

USA. **World Drug Report 2017** (ISBN: 978-92-1-148291-1, eISBN: 978-92-1-060623-3, United Nations publication, Sales No. E.17.XI.6

US Department of Justice. **DEA United States Drug Enforcement Administration**. Disponível em: <<https://www.dea.gov/index.shtml>> Acesso em 10 de março de 2019.

VILLAS BÔAS, Eduardo. **Crime Organizado**. Brasília, GloboNews, 22 mar. 2018. Entrevista a Roberto D'Ávila. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/comandante-do-exercito-diz-que-crime-organizado-e-a-maior-ameaca-a-soberania-nacional.ghtml>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

WERBERICH, Ivan. **Uma visão da atual situação da Venezuela e os reflexos para a Expressão Psicossocial brasileira em Roraima**. 54 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2018.

WOLOSZYN, André Luis. **Ameaças e desafios à segurança humana no séc. XXI: de gangues, narcotráfico, bioterrorismo, ataques cibernéticos às armas de destruição em massa**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército. Salto, SP: Schoba. 2013.